

Itapemirim-ES, 30 de março de 2017.

OF.IP.JTA – 074/2017

Ao Excelentíssimo Senhor
Fábio dos Santos Pereira - Presidente do Legislativo Municipal
e aos **NOBRES VEREADORES**
NESTA

ASSUNTO: Relatório de gestão – Exercício de 2016

Servimo-nos do presente para encaminhar a Vossa Excelência o Relatório de Gestão desta Autarquia, inerente ao exercício 2016, conforme determina a Instrução Normativa TCEES nº 034/2015, de 02 de junho de 2015, alterada pela Instrução Normativa TCEES nº 40, de 08 de junho de 2016, no tocante à Prestação de Contas Anual.

Através de nosso Relatório de Gestão 2016 prestamos contas de nossa atuação à sociedade, e apresentamos informações de natureza contábil, financeira, patrimonial, orçamentária, administrativa e gerencial. Tudo isso com o objetivo de primar pela transparência e responsabilidade da gestão.

Sintetizamos o desenrolar das atividades realizadas e ficamos felizes com o resultado de nossos esforços, pois, mediante lutas, desafios e percalços, conseguimos alcançar nossos objetivos estratégicos e institucionais, contando com a graça de DEUS e com o empenho da 'família do IPREVITA', que tem se dedicado de forma incansável, na busca constante pela excelência no âmbito previdenciário do município de Itapemirim.

Sendo o que nos cumpria para este momento, reiteramos a nossa demanda pela melhoria contínua, com base em valores como ética e transparência.

Atenciosamente.

Wilson Marques Paz
Diretor-Presidente do Iprevita

Alda Maria de Souza
Diretora Previdenciária

José Carlos Rodrigues Coutinho
Diretor Administrativo-Financeiro



IPREVITA

Instituto de Previdência dos Servidores
Públicos do Município de Itapemirim-ES

Autarquia Municipal
CNPJ Nº 05.129.529/0001-23

RELATÓRIO DE GESTÃO 2016

**ITAPEMIRIM / ES
Dezembro/2016**

1

Wilson Marques Paz
Diretor Presidente

José Carlos Rodrigues Coutinho
Diretor Administrativo-Previdenciário

Alda Maria de Souza
Diretora Previdenciária

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Membros Efetivos:

Elisa Gomes de Souza Moura – Presidente
Luciana Torres Pereira – Secretário
Edson Santa Rita Ramos
Emilson da Conceição Júnior
Cirley Moté de Souza
Luiz Roberto Silva
Clodoaldo Leal Ferreira

Membros Suplentes:

Alex Fabiano C. de Souza
José Alberto Bahiense Martins
Ronildo Hilário Gomes
Janes Luiz Carneiro
João Crisanto Araújo Candal
Carmen Motta Guerra
Genilson Marvila Mendes

CONSELHO FISCAL

Membros Efetivos:

Gelson Pereira da Silva – Presidente
Waldemir Pereira Gama
Melquisedec da Silva Santos
Sara de Freitas Falcão
Neolan César B. Ribeiro

Membros Suplentes:

João Luiz Rocha da Silva
Antônio Dionizio dos Santos
Luiz Cláudio Nunes da Silva
Jadeilson Baiense Pinto
Williston B. Coutinho

COMITÊ DE INVESTIMENTO

Cirley Moté de Souza
José Carlos Rodrigues Coutinho
Luciana Torres Pereira

Missão

Administrar o Regime Próprio de Previdência Social do município de Itapemirim, a partir de uma gestão humana, participativa, transparente e com tecnologia atualizada.

Valores

Ética

Valorização das pessoas

Segurança e tranquilidade aos segurados

Responsabilidade socioambiental

Melhoria contínua

Contribuição ao desenvolvimento econômico-social do município de Itapemirim

Visão

Ser um referencial de equilíbrio previdenciário no âmbito municipal.

Meta

Difusão da Cultura Previdenciária no Município de Itapemirim.

Objetivos

Garantir aos segurados e dependentes, na conformidade da Lei nº 2.539, de 30 de dezembro de 2011, as devidas prestações de natureza previdenciária, ou seja, informar e dar atendimento às situações relacionadas a aposentadoria e pensão, no âmbito municipal da Previdência Social.



APRESENTAÇÃO

O relatório Anual de Gestão é um instrumento de prestação de contas para atendimento ao Tribunal de Contas do Estado, através da Instrução Normativa TCEES nº 034/2015, de 02 de junho de 2015, alterada pela Instrução Normativa TCEES nº 40, de 08 de junho de 2016, o qual determina que "se faça expressa referência à execução orçamentária, financeira e patrimonial".

No entanto, apesar de seu cunho eminentemente legal, o presente relatório trará informações de caráter administrativo e gerencial, relacionadas à gestão previdenciária do exercício de 2016. Tais como o controle da taxa de administração e o crescimento da massa de segurados, além, claro, das informações orçamentárias, financeiras e patrimoniais do RPPS de Itapemirim.

1. DA GESTÃO PREVIDENCIÁRIA

Da Estrutura Organizacional

O Regime Próprio de Previdência Social de Itapemirim (RPPS) - criado pela Lei Municipal nº 1.079, de 28 de fevereiro de 1990, possui como unidade gestora o Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Itapemirim (IPREVITA) - instituído pela Lei Municipal nº 1.672, de 31 de dezembro de 2001, o qual foi reestruturado pela Lei Municipal nº 2.539, de 31 de dezembro de 2011, com personalidade jurídica de direito público, natureza autárquica, e autonomia patrimonial, administrativa e financeira, com vistas a assegurar aos segurados e a seus dependentes as prestações de natureza previdenciária previstas em lei.

O RPPS engloba servidores públicos titulares de cargos efetivos e dependentes, consoante artigo 7º, da Lei Municipal nº 2.539, de 30 de dezembro de 2011.

É garantida a participação dos segurados nas instâncias de decisão do RPPS, em face dos dispostos nos artigos 70, 74 e 81, da Lei Municipal nº 2.539, de 30 de dezembro de 2011.

A estrutura técnico-administrativa do IPREVITA compõe-se dos seguintes órgãos:

- Conselho de Administração
- Diretoria Executiva
- Conselho Fiscal

Conselho de Administração - tratado no art. 69, e seguintes, da Lei Municipal nº 2.539, de 30 de dezembro de 2011, é o órgão de deliberação colegiada e de orientação superior do IPREVITA, ao qual incumbe fixar as políticas e as diretrizes gerais de administração, sendo composto por 7, (sete), membros titulares e respectivos suplentes, escolhidos dentre os servidores ativos e inativos, através de eleição direta por seus pares, nomeados pelo Prefeito Municipal para mandato de três anos, admitidas reconduções.

Compete ao Conselho de Administração eleger o seu Presidente e Secretário.

A competência do Conselho de Administração está definida no artigo 71, da Lei Municipal nº 2.539, de 30 de dezembro de 2011.

Diretoria Executiva - é o órgão superior de administração do IPREVITA, sendo composta por um Diretor-Presidente, de um Diretor Previdenciário e de um Diretor Administrativo-Financeiro, escolhidos pelos membros do Conselho de Administração e Fiscal, nomeados pelo Prefeito Municipal para mandato de três anos, admitidas reconduções.

A competência da Diretoria Executiva do IPREVITA está disciplinada no art. 76, e seguintes, da Lei Municipal nº. 2.539, de 30 de dezembro de 2011.

Conselho Fiscal - é o órgão de fiscalização da gestão do IPREVITA, sendo composto por 5 (cinco) membros efetivos e respectivos suplentes, escolhidos dentre os servidores ativos e inativos, através de eleição direta de seus pares, nomeados pelo Prefeito Municipal para mandato de três anos, admitidas reconduções.

Compete ao Conselho Fiscal eleger o seu Presidente.

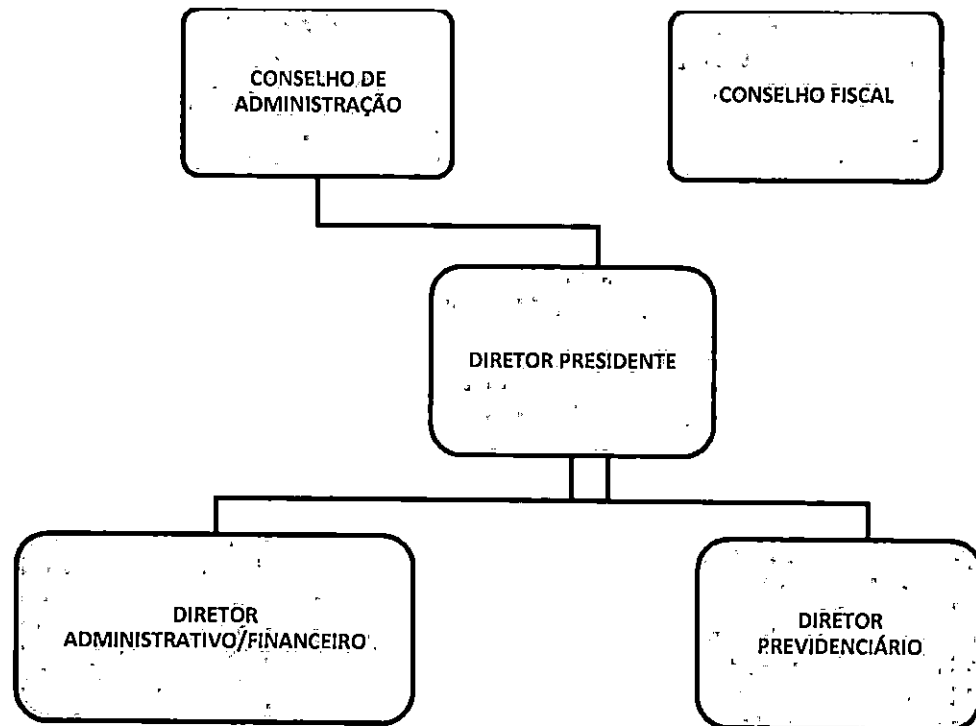
A competência do Conselho Fiscal está definida no art. 82, da Lei Municipal nº 2.539, de 30 de dezembro de 2011.

Importante ressaltar que os Membros dos Conselhos de Administração e Fiscal, bem como da Diretoria Executiva, atuam voluntariamente, não recebendo qualquer vantagem pecuniária pelo exercício da função.

Acompanha este Relatório de Gestão a "Relação de Responsáveis pelo RPPS", no qual estão discriminados os dados pessoais (nome, endereço, formação, telefone, e-mail e CPF), da Diretoria Executiva e dos membros integrantes dos Conselhos de Administração e Fiscal do IPREVITA.

Organograma

No organograma abaixo é possível visualizar a organização administrativa do IPREVITA:



Do Controle Interno

O Controle Interno do RPPS de Itapemirim é realizado pela Controladoria Geral do Município (CGM) - que dispõe apenas de um Controlador Geral, nomeado pelo Prefeito Municipal, sendo um cargo comissionado, não havendo nos quadros de pessoal o cargo de provimento efetivo.

A regulamentação da Controladoria Geral do Município se dá através da Lei Complementar Municipal nº 144, de 31 de maio de 2012, cujo controle é sobre toda a Administração Pública Municipal, ou seja, não só da administração direta, mas também da indireta, ou seja, das autarquias municipais.

Apesar da legislação acima citada determinar que o cargo de Controlador Geral do Município deverá ser preenchido preferencialmente por ocupante de carreira do cargo efetivo de Auditor Público Interno, não há no município servidor nesta qualidade.

Toda a documentação referente ao Planejamento estratégico, execução orçamentária, financeira e patrimonial do RPPS, assim como programas, objetivos e metas etc., são informados ao Controlador Geral do Município, através do Executivo, para avaliação e o respectivo controle.

Plano de Custeio do RPPS

As alíquotas de contribuição previstas para o ente estatal, os servidores ativos, inativos e os pensionistas, atualmente obedecem aos limites estabelecidos nos artigos 2º e 3º da Lei nº 9.717, de 27 de novembro de 1998.

Os percentuais de contribuição no RPPS de Itapemirim atualmente em vigor, conforme estabelecidos no art. 85, da Lei Municipal nº 2.539, de 30 de dezembro de 2011, são os seguintes:

- 11,00% para os servidores ativos, incidentes sobre a totalidade da remuneração;
- 11,00% para os servidores inativos e pensionistas, incidentes sobre a parcela do benefício que excede ao teto do INSS;
- 22,00% para o município, incidentes sobre as remunerações dos servidores ativos, a título de contribuição normal. *(alterado pela Lei nº 2.839, de 18 de dezembro de 2014)*

De acordo com o artigo 16, da Lei Municipal nº. 2.539, de 30 de dezembro de 2011, considera-se como base de cálculo das contribuições o valor constituído pelo vencimento do cargo efetivo, acrescido das vantagens pecuniárias permanentes estabelecidas em lei, dos adicionais de caráter individual, ou quaisquer outras vantagens, incorporadas ou incorporáveis, na forma de legislação específica, percebidas pelo segurado; excetuadas as parcelas legalmente havidas por não tributáveis, as de caráter indenizatórias, e as temporárias, descritas nos incisos I a X do artigo em apreço.

Plano de Benefícios do RPPS

O RPPS de Itapemirim visa dar cobertura contra os riscos a que estão sujeitos os seus segurados e compreende benefícios que atendam à finalidade de garantir meios de subsistência nos eventos de invalidez, idade avançada, inatividade e morte.

De acordo o artigo 26 da Lei Municipal nº 2.539 de 30 de novembro de 2011, o plano de benefícios do IPREVITA compreende os seguintes pagamentos:

I - Quanto ao servidor:

- a) aposentadoria por invalidez;
- b) aposentadoria compulsória;
- c) aposentadoria voluntária por idade e tempo de contribuição;
- d) aposentadoria voluntária por idade;

II - Quanto ao dependente:

a) pensão por morte.

Das Reuniões Realizadas no Exercício de 2016

O Conselho deliberativo do RPPS, bem como o Conselho Fiscal fazem reuniões mensais ou bimestrais realizadas na sede da Autarquia, entretanto, tais reuniões não foram realizadas por cronograma pré-estabelecido, mas convocadas mensalmente, ordinariamente ou mesmo extraordinariamente. A divulgação das reuniões, na forma exigida pela Portaria MPS nº 440, de 09 de outubro de 2013, são disponibilizadas com antecedência aos segurados e dependentes, através do site do IPREVITA (www.iprevita.com.br), as datas e locais das mesmas.

No decorrer do ano de 2016, houve 13 (treze) reuniões dos órgãos de deliberação colegiada, quais sejam:

19/01/2016 às 16h10min – Reunião ordinária da Diretoria Executiva com o Conselho de Administração e Fiscal, cujas tratativas se deram através da Prestação de Contas do Exercício de 2015 (até outubro); Aplicações dos Recursos do IPREVITA; Política de Investimentos para o Exercício de 2016; Planejamento Estratégico do Exercício de 2016; e, outros assuntos correlatos.

07/04/2016 às 16h15min – Reunião ordinária da Diretoria Executiva com o Conselho de Administração e Fiscal, cujas tratativas se deram sobre a Prestação de Contas do Exercício de 2015 e Prestação de Contas do Exercício de 2016 (até fevereiro); Aplicações dos Recursos do IPREVITA; Apresentação do Relatório de Avaliação Atuarial; e, X Seminário Capixaba de Previdência da ACIP.

19/04/2016 às 16h10min – Reunião extraordinária da Diretoria Executiva com o Conselho de Administração, cujas tratativas se deram contemplando a aprovação do Relatório de Avaliação Atuarial e do Plano Previdenciário do IPREVITA (ano de 2015): com análise da base de cálculo, definição das premissas e hipóteses atuariais, definição da metodologia de cálculo e financiamento, resultado e definição do plano de custeio que estabeleça o equilíbrio financeiro atuarial.

02/05/2016 às 17h00min – Reunião ordinária do Conselho Fiscal para análise e fiscalização dos balanços e balancetes mensais do Primeiro Bimestre/2016. Precedido por um ofício de convocação, onde os conselheiros avaliaram também os documentos e relatórios referentes à conciliação bancária de contas correntes e de investimentos, relatórios da assessoria e consultoria financeira de investimentos - auxiliados pelo Diretor Administrativo Financeiro, que respondeu a todas as solicitações e questionamentos, com a devida aprovação.

17/05/2016 às 10h00min – Reunião ordinária do Conselho de Administração, sob a presidência de Elisa Gomes de Souza Moura, tratando da aprovação das contas do Primeiro Bimestre/2016, com exposição dos relatórios de evolução do patrimônio do RPPS, balancetes, contas correntes, investimentos e relatórios da consultoria financeira de investimentos.

13/06/2016 às 16h25min – Reunião ordinária do Conselho Fiscal para análise e fiscalização dos balanços e balancetes mensais relativos ao Segundo Bimestre/2016, precedido por um ofício de convocação, onde os conselheiros avaliaram também os documentos e relatórios referentes à conciliação bancária de contas correntes e de investimentos, relatórios da assessoria e consultoria financeira de investimentos, com a devida aprovação.

22/06/2016 às 10h10min – Reunião ordinária do Conselho de Administração, sob a presidência de Elisa Gomes de Souza Moura, tratando da aprovação das contas do Segundo Bimestre/2016, com exposição dos relatórios de evolução do patrimônio do RPPS, balancetes, contas correntes, investimentos e relatórios da consultoria financeira de investimentos.

18/08/2016 às 16h15min – Reunião ordinária da Diretoria Executiva com o Conselho de Administração e Fiscal, cujas tratativas se deram sobre a Prestação de Contas do Exercício de 2016 (até junho); Aplicações dos Recursos do IPREVITA; Curso de Capacitação para os Servidores e Conselheiros do IPREVITA, a ser realizar em Itapemirim; e, outros assuntos correlatos.

13/09/2016 às 10h15min – Reunião extraordinária da Diretoria Executiva com o Conselho de Administração, cujas tratativas mencionaram a alteração da tabela do item 6.4 da Política de Investimentos do IPREVITA - que trata dos limites de alocação dos recursos e demais assuntos correlatos:

14/09/2016 às 16h10min – Reunião ordinária do Conselho Fiscal para análise e fiscalização dos balanços e balancetes mensais relativos ao Terceiro Bimestre/2016, precedido por um ofício de convocação, onde os conselheiros avaliaram também os documentos e relatórios referentes a conciliação bancária de contas correntes e de investimentos, relatórios da assessoria e consultoria financeira de investimentos, com a devida aprovação.

18/10/2016 às 10h15min – Reunião ordinária do Conselho de Administração, sob a presidência de Elisa Gomes de Souza Moura, tratando da aprovação das contas do Terceiro Bimestre/2016, com exposição dos relatórios de evolução do patrimônio do RPPS, balancetes, extratos das contas correntes e de investimentos e, relatórios da consultoria financeira de investimentos.

08/12/2016 às 10h00min – Reunião ordinária do Conselho de Administração, sob a presidência de Elisa Gomes de Souza Moura, tratando da apreciação e aprovação da Política de Investimentos para o Exercício de 2017.

08/12/2016 às 15h15min – Reunião ordinária da Diretoria Executiva com o Conselho de Administração e Fiscal do IPREVITA, incluindo o comitê de investimentos; que trataram da Prestação de Contas do Exercício de 2016 (até outubro); Aplicações dos Recursos do IPREVITA; Resultados da Avaliação Atuarial do Exercício de 2016; Política de Investimentos para o Exercício de 2017; Planejamento Estratégico do Exercício de 2017; e, outros assuntos correlatos.

Da Atualização da Base Cadastral dos Segurados ativos

Em 2015, com base nas Leis Complementares nº 183/2014, 184/2014, 185/2014 e 186/2014, que tratam respectivamente, da alteração do Plano de Carreira dos Servidores Públicos do Quadro Geral, da Guarda Civil, do Magistério e da Saúde, o Município atualizou a base cadastral dos segurados ativos conforme determinado no artigo 16 das respectivas leis. Considerando que as referidas leis são enfáticas ao afirmar que o enquadramento do cargo dar-se-á mediante opção irretratável do respectivo titular, dentro do prazo de 60 (sessenta) dias a contar da publicação do edital convocatório, na forma do Termo de Opção constante do Anexo VII das mesmas Leis.

Assim, o Município de Itapemirim através do Decreto nº 8.511/2015, publicado no Diário Oficial do Município em data de 07 de janeiro de 2015, convocou todos os servidores do quadro geral que estavam na ativa, para efetuarem a opção pelo enquadramento previsto nas leis complementares acima citadas, determinando para tanto em seu § 4º do art. 4º:

§ 4º O servidor para efetuar o enquadramento deverá estar munido com cópia autenticada dos seguintes documentos quando não acompanhados do original:

- a) Cédula de identidade;*
- b) CPF;*
- c) Certidão de Casamento ou Declaração de União Estável (quando for o caso);*
- d) Certidão de Nascimento dos dependentes (quando for o caso); e)*
- Comprovante de escolaridade (incluindo cursos de pós-graduação, mestrado ou doutorado);*
- f) Comprovante de residência atualizado;*
- g) Título de Eleitor acrescido do comprovante de votação da última eleição;*
- h) Dados para contato (Telefone, Celular, e-mail dentre outros).*

Saliente-se que todos os dados são disponibilizados ao RPPS pela municipalidade, de forma que estão sendo sempre atualizados.

No caso de professor da rede municipal de ensino, a identificação se o mesmo atua exclusivamente nas funções de magistério na educação infantil e no ensino fundamental ou médio etc..., ocorre de acordo com a Lei Complementar nº 185/2014, que possui o mesmo regramento.

Do Recadastramento dos Inativos e Pensionistas

As ações referentes ao recadastramento dos inativos e pensionistas são todas realizadas com base na Lei Municipal nº 2708/2013 que, em seu art. 28, acrescentou o art. 99-A a Lei Municipal nº 2.539/2011 - que reestruturou o Regime Próprio de Previdência dos Servidores do Município de Itapemirim, determinando que os inativos e pensionistas devam apresentar declaração de vida e residência anualmente na forma do regulamento editado pelo IPREVITA. Apesar de ainda não ter sido editado regulamento sobre a matéria, o IPREVITA noticia o recadastramento por vários meios: mensagens nos

contracheques, ligações telefônicas, mensagens via celular, via rádio FM e pelo site próprio IPREVITA, bem como de outros de grande visibilidade no Município de Itapemirim.

O recadastramento dos aposentados e pensionistas do ano de 2016 foi efetuado no mês de abril, procedimento em que foi necessário que o beneficiário se apresentasse na sede do IPREVITA, durante o horário de funcionamento, portando os seguintes documentos: documento original de identidade (ou outro documento de identificação com foto), CPF, comprovante de residência, cópia da certidão de casamento ou nascimento e cópia da certidão de nascimento do dependente do menor de 21 anos (se houver). Destacando-se que, por motivo de saúde, qualquer dos beneficiários não pudesse comparecer pessoalmente à sede do IPREVITA, o mesmo poderia nomear representante legal portando documento com foto e procuração emitida há menos de 12 meses com poderes para tal mister ou agendar uma visita domiciliar para a realização do recadastramento no local onde se encontra o beneficiário.

Além das informações acima contidas e levadas a conhecimento público, o IPREVITA também disponibiliza outras informações da mesma natureza, como por exemplo: caso não compareçam ou informem às situações que o impeçam de comparecer, os benefícios serão suspensos na folha de pagamento do mês seguinte.

2. DA GESTÃO DE BENEFÍCIOS

Durante o exercício de 2016 foram concedidas 05 aposentadorias, sendo: 04 Aposentadorias Voluntárias por Idade e Tempo de Contribuição e 01 Aposentadoria por Idade Proporcional ao Tempo de Contribuição. Além de 02 Pensões por Morte.

Todos os atos de concessão dos benefícios foram publicados no Informativo Oficial do Município de Itapemirim - Criado pela Lei Municipal nº 1.928/05 e Regulamentado pelo Decreto nº 2.671/05. Dando assim, a publicidade legal, conforme exigência do Tribunal de Contas do Estado, através da Instrução Normativa TCEES nº 31, de 02 de setembro de 2014.

IPREVITA EM NÚMEROS:

- Evolução do número de segurados do Regime Próprio de Previdência Social de Itapemirim.

CATEGORIA	2012	2013	2014	2015	2016
Ativos	941	1.207	1.340	1.341	1325
Inativos	15	20	25	37	42
Pensionistas	5	6	9	13	15
TOTAL	961	1.233	1.374	1.391	1.382

- Evolução do quantitativo de benefícios concedidos pelo Regime Próprio de Previdência Social de Itapemirim.

BENEFÍCIOS	2012	2013	2014	2015	2016
Aposentadoria por Invalidez	2	2	4	6	6
Aposentadoria Compulsória	3	3	3	6	6
Aposentadoria por Idade e Tempo de Contribuição	10	15	18	25	29
Aposentadoria por Idade	0	0	0	0	1
Pensão por Morte	5	6	9	13	15
TOTAL	20	26	34	50	57

- Evolução dos valores dispendidos com o pagamento dos benefícios concedidos pelo Regime Próprio de Previdência Social de Itapemirim.

BENEFÍCIOS	2012	2013	2014	2015	2016	TOTAL
Aposentadoria por Invalidez	27.574,05	31.496,07	76.308,13	124.282,76	140.078,18	399.739,19
Aposentadoria Compulsória	35.961,59	38.279,77	40.535,33	71.569,32	97.280,55	283.626,56
Aposentadoria por Idade e Tempo de Contribuição	264.864,65	436.959,85	654.041,14	1.222.228,64	1.869.695,50	4.447.789,78
Aposentadoria por Idade	0,00	0,00	0,00	0,00	953,33	953,33
Pensão por Morte	67.693,59	73.779,14	166.228,15	306.234,31	338.347,61	952.282,80
TOTAL	396.093,88	580.514,83	937.112,75	1.724.315,03	2.446.355,17	6.084.391,66

- Evolução do quantitativo de benefícios concedidos com reajuste atribuídos aos servidores ativos – COM PARIDADE.

BENEFÍCIOS	2012	2013	2014	2015	2016
Aposentadoria	11	16	21	29	33
Pensão por Morte	0	0	0	1	2
TOTAL	11	16	21	30	35

- Evolução do quantitativo de benefícios concedidos com reajuste na mesma data em que decorrer a atualização dos benefícios do Regime Geral de Previdência Social (RGPS) – SEM PARIDADE.

BENEFÍCIOS	2012	2013	2014	2015	2016
Aposentadoria	4	4	4	8	9
Pensão por Morte	5	6	9	12	13
TOTAL	9	10	13	20	22

- Evolução do quantitativo de benefícios concedidos com pendência de registro junto ao TCEES - aguardando providências no RPPS.

BENEFÍCIOS	2012	2013	2014	2015	2016
Aposentadoria por Invalidez	0	0	0	0	0
Aposentadoria Compulsória	0	0	0	0	0
Aposentadoria por Idade e Tempo de Contribuição	0	0	0	0	0
Aposentadoria por Idade	0	0	0	0	0
Pensão por Morte	0	0	0	0	0
TOTAL	0	0	0	0	0

- Evolução do quantitativo de benefícios concedidos com pendência de registro junto ao TCEES - aguardando providências no TCEES.

BENEFÍCIOS	2012	2013	2014	2015	2016
Aposentadoria por Invalidez	0	0	0	3	0
Aposentadoria Compulsória	0	0	0	3	0
Aposentadoria por Idade e Tempo de Contribuição	0	2	0	4	20
Aposentadoria por Idade	0	0	0	0	2
Pensão por Morte	0	0	1	6	3
TOTAL	0	2	1	16	25

- Evolução do quantitativo de benefícios concedidos que foi registrado junto ao TCEES.

BENEFÍCIOS	2012	2013	2014	2015	2016
Aposentadoria por Invalidez	0	2	0	0	0
Aposentadoria Compulsória	0	0	0	0	0
Aposentadoria por Idade e Tempo de Contribuição	1	4	2	6	0
Aposentadoria por Idade	0	0	0	0	0

Pensão por Morte	3	3	6	1	0
TOTAL	4	9	8	7	0

• **Números de servidores Vinculados ao IPREVITA (*):**

ÓRGÃO	INATIVOS	PENSIONISTAS
Prefeitura Municipal	39	42
Câmara Municipal	0	0
Autarquia SAAE	6	4
TOTAL	45	46

* A Constituição Federal, em seu artigo 40, § 20, acrescentado pela Emenda Constitucional n. 41/2003, veda a existência de mais de uma unidade gestora do respectivo Regime Próprio de Previdência em cada ente estatal. Vedação que já vigora pela Lei Nacional n. 9.717 de 1998. No Município de Itapemirim, com advento da Lei Municipal n. 2.166/2008, os servidores inativos e pensionistas do Poder Executivo, Legislativo e da Autarquia SAAE, que obtiveram os seus benefícios concedidos antes da criação do IPREVITA, em 31/12/2001, passaram a receber os seus proventos de aposentadoria e pensão através do IPREVITA. Ficando mantida a responsabilidade do Tesouro Municipal pelo pagamento do benefício, nos termos da Lei Municipal n. 2.539/2011.

• **Números de servidores Vinculados ao IPREVITA (**):**

ÓRGÃO	INATIVOS	PENSIONISTAS
Prefeitura Municipal	16	1
Câmara Municipal	0	0
Autarquia SAAE	0	0
TOTAL	16	1

** A Lei Municipal n. 2539/2011, em seu artigo 7º, inciso III, acrescentado pela Lei n. 2778/2014, incluiu como segurado do RPPS de Itapemirim, o servidor estável abrangido pelo art. 19 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. Ficando a responsabilidade do Tesouro Municipal pelo pagamento do benefício, nos termos do art. 96-A da mesma lei.

3. DA COMPENSAÇÃO PREVIDENCIÁRIA

O COMPREV tem por objetivo operacionalizar a Compensação Previdenciária entre o Regime Geral de Previdência Social e os Regimes Próprios de Previdência Social dos Servidores Públicos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, nos casos de contagem recíproca de tempo de contribuição para efeito de aposentadorias e pensões, visando atender à Lei nº 9.796, de 05 de maio de 1999 e ao Decreto nº 3.112, de 6 de julho de 1999, alterado pelo Decreto nº 3.217, de 22 de Outubro de 1.999 e a Portaria MPAS nº 6.209, de 16 de Dezembro de 1.999.

Embora ainda não esteja recebendo os repasses, o IPREVITA possui acordo de cooperação técnica para a operacionalização da compensação previdenciária, mediante Convênio firmado entre a

Secretaria de Política de Previdência Social - recentemente incorporado ao Ministério da Fazenda X INSS X Município de Itapemirim X IPREVITA, que vigorará enquanto houver obrigações financeiras decorrentes da compensação previdenciária - Processo nº 44000.005497/2010-16.

4. DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

O regime previdenciário tem caráter contributivo e solidário, sendo financiado mediante contribuição dos poderes e órgãos, bem como dos servidores ativos, inativos e pensionistas, sendo administrado com base em critérios técnicos que visam a preservar sua solvência, seu equilíbrio financeiro e atuarial.

Os recursos previdenciários devem ser utilizados somente para pagamento dos benefícios previdenciários e com a taxa de administração.

Receitas Estimadas 2016		
Lei nº 4.320/64 (Artigo 2º, parágrafo 1º, inciso III)		
CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR ESTIMADO
Receitas de Contribuições.		
72102901000	Contribuição Patronal – Servidor Ativo Civil	8.000.000,00
12102907000	Contribuição do Servidor Ativo Civil p/ RPPS.	4.000.000,00
12102909000	Contribuição do Servidor Inativo Civil p/ RPPS.	15.000,00
12102911000	Contribuição de Pensionista Civil p/ RPPS.	5.000,00
Receita Patrimonial		
13281000000	Rem. Invest. RPPS – Renda Fixa.	10.000.000,00
13282000000	Rem. Invest. RPPS – Renda Variável.	2.500.000,00
13283000000	Rem. Invest. RPPS – Fundos Imobiliários.	200.000,00
Outras Receitas Correntes		
19120100000	Multas e Juros de Mora da Contribuição p/ o Fin. Seg. Social.	10.000,00
13250299000	Remuneração de Outros Depósitos de Recursos Não Vinculados	5.000,00
19221001000	Compensação Financeira entre o RGPS e o RPPS – Principal.	20.000,00
79122901000	Multas e Juros de Mora Contribuição Patronal p/ o RPPS.	5.000,00
19129900000	Multas e Juros de Mora de Outras Contribuições.	2.000,00
19909900999	Outras Receitas.	200.000,00
TOTAL		24.962.000,00

Fonte: LOA 2016 (Quadro Discriminativo da Receita)

Os programas estabelecidos pelo IPREVITA para o exercício 2016, contemplavam, basicamente, pela natureza da unidade gestora, o pagamento dos benefícios e a manutenção das atividades do IPREVITA.

Quadro de Detalhamento da Despesa		
Exercício 2016		
CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR PREVISTO
2.002	Manutenção das Atividades do IPREVITA	1.710.000,00
31900400000	Contratação por Tempo Determinado.	10.000,00
31900500000	Outros Benefícios Previdenciários do RPPS.	3.000,00
31901100000	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil.	600.000,00
31901300000	Obrigações Patronais.	5.000,00
31901600000	Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil.	10.000,00
31909200000	Despesas de Exercícios Anteriores.	5.000,00
31911300000	Obrigações Patronais - Op. Intraorçamentárias.	132.000,00
33900800000	Outros Benefícios Assistenciais.	80.000,00
33901400000	Diárias - Pessoal Civil.	50.000,00
33903000000	Material de Consumo.	20.000,00
33903200000	Material de Distribuição Gratuita.	20.000,00
33903300000	Passagens e Despesas com Locomoção.	20.000,00
33903500000	Serviços de Consultoria.	100.000,00
33903600000	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física.	50.000,00
33903700000	Locação de Mão de Obra.	10.000,00
33903900000	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica.	200.000,00
33909100000	Sentenças Judiciais.	20.000,00
33909200000	Despesas de Exercícios Anteriores.	5.000,00
33909300000	Indenizações e Restituições.	70.000,00
44905100000	Obras e Instalações.	50.000,00
44905200000	Equipamentos e Material Permanente.	50.000,00
44906100000	Aquisição de Imóveis.	200.000,00
2.003	Pagamentos de Benefícios	13.050.000,00
31900100000	Aposentadorias, Reserva Remunerada e Reformas.	10.000.000,00
31900300000	Pensões.	3.000.000,00
31911300000	Obrigações Patronais - Op. Intraorçamentárias.	5.000,00
31900500000	Outros Benefícios Previdenciários.	20.000,00
33900800000	Outros Benefícios Assistenciais.	20.000,00
33909200000	Despesas de Exercícios Anteriores.	5.000,00
9.001	Reservas dos Regimes Próprios de Previdência social	10.202.000,00
99999900000	Reserva de Contingência.	10.202.000,00
TOTAL		24.962.000,00

Análise dos Resultados

Nos termos da Lei Municipal nº 2.920 de 22 de dezembro de 2015, o orçamento do IPREVITA para o exercício de 2016, estimou a Receita e fixou a Despesa em R\$ 24.962.000,00 (vinte e quatro milhões, novecentos e sessenta e dois mil reais).

RECEITA

A receita apurada **apresentou um superávit de arrecadação** (receita prevista – receita arrecadada) no valor de R\$ 6.155.132,34 (seis milhões, cento e cinquenta e cinco mil, cento e trinta e dois reais e trinta e quatro centavos), assim distribuída:

DISCRIMINAÇÃO	ESTIMADA	ARRECADADA
Receitas Correntes	R\$ 16.957.000,00	R\$ 22.416.558,72
Receitas Correntes – Operações Intraorçamentárias	R\$ 8.005.000,00	R\$ 8.700.573,62
TOTAL	R\$ 24.962.000,00	R\$ 31.117.132,34

Fonte: Balanço Orçamentário – anexo 12

DESPESA

Na execução da despesa orçamentária, onde não houve suplementação, **verificou-se a ocorrência de economia** de R\$ 16.651.897,20 (dezesseis milhões, seiscentos e cinquenta e um mil, oitocentos e noventa e sete reais e vinte centavos), como segue:

DISCRIMINAÇÃO	PREVISTA	PAGA
Manutenção das Atividades do IPREVITA	R\$ 1.710.000,00	R\$ 682.042,16
Pagamento de Aposentadorias e Pensões	R\$ 13.050.000,00	R\$ 7.628.082,64
Reserva RPPS (Reserva de Contingência)	R\$ 10.202.000,00	R\$ 0,00
TOTAL	R\$ 24.962.000,00	R\$ 8.310.124,80

Fonte: Balanço Orçamentário – anexo 12

- Análise do comportamento das receitas arrecadadas, evidenciadas por categoria econômica, origem e espécie, nos últimos cinco exercícios.

DISCRIMINAÇÃO	2012	2013	2014	2015	2016
Receita Corrente					
Receitas de Contribuições					
Contribuição Patronal – Servidor Ativo Civil	2.819.747,21	3.098.387,45	3.306.363,29	7.743.221,48	8.573.655,19
Contribuição do Servidor Ativo Civil p/ RPPS.	2.247.466,92	2.373.634,77	2.733.892,97	3.960.859,13	4.286.956,04
Contribuição do Servidor Inativo Civil p/ RPPS.	-	3.440,94	3.826,68	20.844,62	43.525,00

Contribuição de Pensionista Civil p/ RPPS.	-	-	-	-	-
Receita Patrimonial					
Rem. Invest. RPPS – Renda Fixa.	7.451.136,37	2.724.963,81	9.255.782,00	7.680.896,03	15.920.297,77
Rem. Invest. RPPS – Renda Variável.	-	-	931.340,64	1.179.999,18	1.722.000,19
Rem. Invest. RPPS – Fundos Imobiliários.	-	8.910,95	74.134,84	131.812,12	432.103,02
Outras Receitas Correntes					
Multas e Juros de Mora da Contribuição p/ o Fin. Seg. Social.	6.738,32	6.679,44	437,19	-	-
Remuneração de Outros Depósitos de Recursos Não Vinculados	-	-	-	-	-
Compensação Financeira entre o RGPS e o RPPS – Principal.	-	-	-	-	-
Multas e Juros de Mora Contribuição Patronal p/ o RPPS.	-	-	-	32.884,77	126.918,43
Multas e Juros de Mora de Outras Contribuições.	-	-	-	-	-
Diversas Restituições	2.975,36	-	-	-	-
Outras Receitas.	-	8.667,22	-	1.558,23	11.676,70
Dedução de Receita	310.996,96	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	12.217.067,22	8.224.684,58	16.305.777,61	20.752.075,56	31.117.132,34

- Análise do comportamento das despesas empenhadas, liquidadas e pagas, evidenciadas por categoria econômica, grupo de natureza da despesa, modalidade de aplicação e elemento de despesa, nos últimos cinco exercícios.

2012

DISCRIMINAÇÃO	EMPENHADA	LIQUIDADADA	PAGA
Despesa Corrente			
Manutenção das Atividades do IPREVITA	368.523,52	368.523,52	368.523,52
Contratação por Tempo Determinado.	-	-	-
Salário Família	361,60	361,60	361,60
Outros Benefícios Previdenciários do RPPS.	-	-	-
Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil.	107.507,08	107.507,08	107.507,08
Obrigações Patronais.	-	-	-
Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil.	-	-	-
Despesas de Exercícios Anteriores.	-	-	-
Obrigações Patronais - Op. Intraorçamentárias.	11.129,77	11.129,77	11.129,77
Outros Benefícios Assistenciais.	6.685,72	6.685,72	6.685,72
Diárias - Pessoal Civil.	25.125,00	25.125,00	25.125,00
Material de Consumo.	11.621,31	11.621,31	11.621,31
Material de Distribuição Gratuita.	-	-	-

Passagens e Despesas com Locomoção.	4.206,20	4.206,20	4.206,20
Serviços de Consultoria.	6.900,00	6.900,00	6.900,00
Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física.	11.700,46	11.700,46	11.700,46
Locação de Mão de Obra.	-	-	-
Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica.	87.568,83	87.568,83	87.568,83
Sentenças Judiciais.	-	-	-
Despesas de Exercícios Anteriores.	1.307,75	1.307,75	1.307,75
Indenizações e Restituições.	-	-	-
Obras e Instalações.	71.182,39	71.182,39	71.182,39
Equipamentos e Material Permanente.	23.227,41	23.227,41	23.227,41
Aquisição de Imóveis.	-	-	-
Pagamentos de Benefícios	2.473.008,65	2.473.008,65	2.473.008,65
Aposentadorias, Reserva Remunerada e Reformas.	1.807.377,18	1.807.377,18	1.807.377,18
Pensões.	657.585,87	657.585,87	657.585,87
Obrigações Patronais - Op. Intraorçamentárias.	-	-	-
Outros Benefícios Previdenciários.	-	-	-
Outros Benefícios Assistenciais.	-	-	-
Salário-Família	8.045,60	8.045,60	8.045,60
Despesas de Exercícios Anteriores.	-	-	-
Reservas dos Regimes Próprios de Previdência social	-	-	-
Reserva de Contingência.	-	-	-
TOTAL	2.841.532,17	2.841.532,17	2.841.532,17

2013

DISCRIMINAÇÃO	EMPENHADA	LIQUIDADA	PAGA
Despesa Corrente			
Manutenção das Atividades do IPREVITA	384.609,34	384.609,34	384.609,34
Contratação por Tempo Determinado.	-	-	-
Outros Benefícios Previdenciários do RPPS.	-	-	-
Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil.	139.414,06	139.414,06	139.414,06
Obrigações Patronais.	-	-	-
Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil.	-	-	-
Despesas de Exercícios Anteriores.	-	-	-
Obrigações Patronais - Op. Intraorçamentárias.	15.003,11	15.003,11	15.003,11
Outros Benefícios Previdenciários	680,22	680,22	680,22

Outros Benefícios Assistenciais.	11.871,65	11.871,65	11.871,65
Diárias - Pessoal Civil.	27.950,00	27.950,00	27.950,00
Material de Consumo.	9.962,51	9.962,51	9.962,51
Material de Distribuição Gratuita.	-	-	-
Passagens e Despesas com Locomoção.	6.188,94	6.188,94	6.188,94
Serviços de Consultoria.	7.200,00	7.200,00	7.200,00
Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física.	26.585,53	26.585,53	26.585,53
Locação de Mão de Obra.	-	-	-
Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica.	129.108,92	129.108,92	129.108,92
Sentenças Judiciais.	-	-	-
Despesas de Exercícios Anteriores.	247,02	247,02	247,02
Indenizações e Restituições.	-	-	-
Obras e Instalações.	1.954,38	1.954,38	1.954,38
Equipamentos e Material Permanente.	8.443,00	8.443,00	8.443,00
Aquisição de Imóveis.	-	-	-
Pagamentos de Benefícios	2.856.182,93	2.856.182,93	2.856.182,93
Aposentadorias, Reserva Remunerada e Reformas.	2.096.966,53	2.096.966,53	2.096.966,53
Pensões.	751.415,89	751.415,89	751.415,89
Obrigações Patronais - Op. Intraorçamentárias.	-	-	-
Outros Benefícios Previdenciários.	7.800,51	7.800,51	7.800,51
Outros Benefícios Assistenciais.	-	-	-
Despesas de Exercícios Anteriores.	-	-	-
Reservas dos Regimes Próprios de Previdência Social	-	-	-
Reserva de Contingência.	-	-	-
TOTAL	3.240.792,27	3.240.792,27	3.240.792,27

2014

DISCRIMINAÇÃO	EMPENHADA	LIQUIDADADA	PAGÁ
Despesa Corrente			
Manutenção das Atividades do IPREVITA	508.492,06	508.492,06	508.492,06
Contratação por Tempo Determinado.	-	-	-
Outros Benefícios Previdenciários do RPPS.	1.156,67	1.156,67	1.156,67
Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil.	229.368,33	229.368,33	229.368,33
Obrigações Patronais.	-	-	-
Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil.	-	-	-

Despesas de Exercícios Anteriores.	-	-	-
Obrigações Patronais - Op. Intraorçamentárias.	25.134,97	25.134,97	25.134,97
Outros Benefícios Assistenciais.	35.824,12	35.824,12	35.824,12
Diárias - Pessoal Civil.	35.435,00	35.435,00	35.435,00
Material de Consumo.	11.250,24	11.250,24	11.250,24
Material de Distribuição Gratuita.	-	-	-
Passagens e Despesas com Locomoção.	13.968,31	13.968,31	13.968,31
Serviços de Consultoria.	6.600,00	6.600,00	6.600,00
Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física.	23.831,35	23.831,35	23.831,35
Locação de Mão de Obra.	-	-	-
Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica.	120.993,07	120.993,07	120.993,07
Sentenças Judiciais.	-	-	-
Despesas de Exercícios Anteriores.	-	-	-
Indenizações e Restituições.	-	-	-
Obras e Instalações.	-	-	-
Equipamentos e Material Permanente.	4.930,00	4.930,00	4.930,00
Aquisição de Imóveis.	-	-	-
Pagamentos de Benefícios	4.176.512,47	4.176.512,47	4.176.512,47
Aposentadorias, Reserva Remunerada e Reformas.	3.263.798,01	3.263.798,01	3.263.798,01
Pensões.	906.051,49	906.051,49	906.051,49
Obrigações Patronais - Op. Intraorçamentárias.	-	-	-
Outros Benefícios Previdenciários.	6.662,97	6.662,97	6.662,97
Outros Benefícios Assistenciais.	-	-	-
Despesas de Exercícios Anteriores.	-	-	-
Reservas dos Regimes Próprios de Previdência social	-	-	-
Reserva de Contingência.	-	-	-
TOTAL	4.685.004,53	4.685.004,53	4.685.004,53

2015

DISCRIMINAÇÃO	EMPENHADA	LIQUIDADADA	PAGA
Despesa Corrente			
Manutenção das Atividades do IPREVITA	594.630,67	594.630,67	594.630,67
Contratação por Tempo Determinado.	-	-	-
Outros Benefícios Previdenciários do RPPS.	1.385,37	1.385,37	1.385,37
Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil.	277.664,17	277.664,17	277.664,17

Obrigações Patronais.	-	-	-
Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil.	-	-	-
Despesas de Exercícios Anteriores.	-	-	-
Obrigações Patronais - Op. Intraorçamentárias.	48.199,43	48.199,43	48.199,43
Outros Benefícios Assistenciais.	50.603,37	50.603,37	50.603,37
Diárias - Pessoal Civil.	41.105,00	41.105,00	41.105,00
Material de Consumo.	9.742,43	9.742,43	9.742,43
Material de Distribuição Gratuita.	-	-	-
Passagens e Despesas com Locomoção.	14.333,63	14.333,63	14.333,63
Serviços de Consultoria.	23.600,00	23.600,00	23.600,00
Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física.	13.143,99	13.143,99	13.143,99
Locação de Mão de Obra.	-	-	-
Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica.	111.358,52	111.358,52	111.358,52
Sentenças Judiciais.	-	-	-
Despesas de Exercícios Anteriores.	-	-	-
Indenizações e Restituições.	-	-	-
Obras e Instalações.	-	-	-
Equipamentos e Material Permanente.	3.494,76	3.494,76	3.494,76
Aquisição de Imóveis.	-	-	-
Pagamentos de Benefícios	6.117.809,04	6.117.809,04	6.117.809,04
Aposentadorias, Reserva Remunerada e Reformas.	4.397.306,09	4.397.306,09	4.397.306,09
Pensões.	1.713.774,01	1.713.774,01	1.713.774,01
Obrigações Patronais - Op. Intraorçamentárias.	6.728,94	6.728,94	6.728,94
Outros Benefícios Previdenciários.	-	-	-
Outros Benefícios Assistenciais.	-	-	-
Despesas de Exercícios Anteriores.	-	-	-
Reservas dos Regimes Próprios de Previdência social	-	-	-
Reserva de Contingência.	-	-	-
TOTAL	6.712.439,71	6.712.439,71	6.712.439,71

2016

DISCRIMINAÇÃO	EMPENHADA	LIQUIDADADA	PAGA
Despesa Corrente			
Manutenção das Atividades do IPREVITA	682.042,16	682.042,16	682.042,16
Contratação por Tempo Determinado.	-	-	-
Outros Benefícios Previdenciários do RPPS.	2.647,60	2.647,60	2.647,60
Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil.	317.280,91	317.280,91	317.280,91

22

Obrigações Patronais.	-	-	-
Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil.	-	-	-
Despesas de Exercícios Anteriores.	-	-	-
Obrigações Patronais - Op. Intraorçamentárias.	59.483,13	59.483,13	59.483,13
Outros Benefícios Assistenciais.	58.576,51	58.576,51	58.576,51
Diárias - Pessoal Civil.	46.015,00	46.015,00	46.015,00
Material de Consumo.	8.856,25	8.856,25	8.856,25
Material de Distribuição Gratuita.	-	-	-
Passagens e Despesas com Locomoção.	5.877,22	5.877,22	5.877,22
Serviços de Consultoria.	4.675,00	4.675,00	4.675,00
Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física.	10.299,70	10.299,70	10.299,70
Locação de Mão de Obra.	-	-	-
Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica.	149.406,29	149.406,29	149.406,29
Sentenças Judiciais.	-	-	-
Despesas de Exercícios Anteriores.	-	-	-
Indenizações e Restituições.	14.698,55	14.698,55	14.698,55
Obras e Instalações.	-	-	-
Equipamentos e Material Permanente.	4.226,00	4.226,00	4.226,00
Aquisição de Imóveis.	-	-	-
Pagamentos de Benefícios	-7.628.082,64	7.628.082,64	7.628.082,64
Aposentadorias, Reserva Remunerada e Reformas.	5.824.682,20	5.824.682,20	5.824.682,20
Pensões.	1.794.736,38	1.794.736,38	1.794.736,38
Obrigações Patronais - Op. Intraorçamentárias.	-	-	-
Outros Benefícios Previdenciários.	8.664,06	8.664,06	8.664,06
Outros Benefícios Assistenciais.	-	-	-
Despesas de Exercícios Anteriores.	-	-	-
Reservas dos Regimes Próprios de Previdência Social	-	-	-
Reserva de Contingência.	-	-	-
TOTAL	8.310.124,80	8.310.124,80	8.310.124,80

- Apuração do resultado orçamentário dos últimos cinco exercícios.

ESPÉCIE	2012	2013	2014	2015	2016
Receita Arrecadada	12.217.067,22	8.224.684,58	16.305.777,61	20.752.075,56	31.117.132,24
Despesa Executada	2.841.532,17	3.240.792,27	4.685.004,53	6.712.439,71	8.310.124,80
SUPERÁVIT	9.375.535,05	4.983.892,31	11.620.773,08	14.039.635,85	22.807.007,44

- Análise do comportamento dos saldos das despesas inscritas em resto a pagar, evidenciadas pelos valores pagos e cancelados dos últimos cinco exercícios.

VALOR	2012	2013	2014	2015	2016
Pago	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Cancelado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SALDO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

5. DA EXECUÇÃO FINANCEIRA

O valor realizado das Receitas e Despesas Orçamentárias confere com a Execução Financeira.

Houve um *superávit* de arrecadação no montante de R\$ 6.155.132,34 (seis milhões, cento e cinquenta e cinco mil, cento e trinta e dois reais e trinta e quatro centavos), o que significa um excesso de aproximadamente 24,65%, conforme segue abaixo:

RECEITA 2016		
Estimada	Arrecadada	Excesso
24.962.000,00	31.117.132,34	6.155.132,34

A tabela comparativa a seguir demonstra um crescimento total de 49,45% entre a arrecadação de 2015 e a de 2016, impactado pelo aumento de aproximadamente 10% nas Receitas de Contribuições, seguido, porém, de um crescimento de 100,9% na Receita Patrimonial.

COMPARATIVO DA RECEITA			
Natureza	2015	2016	Crescimento (%)
Contribuição	11.729.628,60	12.904.136,23	10,0%
Patrimonial	8.992.707,33	18.074.400,98	100,9%
Outras	97.776,62	138.595,13	41,7%
TOTAL	20.820.112,55	31.117.132,34	49,4%

- Evidenciação dos valores da receita de contribuição do servidor e patronal, por órgão devedor e competência do exercício de 2016.

RECEITA DE CONTRIBUIÇÃO			
Órgão	Servidor	Patronal	Total
Prefeitura Municipal	3.639.550,14	7.279.368,08	10.918.918,22

Câmara Municipal	90.624,97	181.249,92	271.874,89
Autarquia SAAE	508.161,57	1.016.321,43	1.524.483,00
Unidade Gestora (Iprevita)	73.266,57	59.483,11	132.749,68
Cedidos (Pref. Marataizes)	18.877,79	37.232,65	56.110,44
TOTAL	4.330.481,04	8.573.655,19	12.904.136,23

- Evidenciação dos valores devidos de contribuição, por competência, e os valores efetivamente recebidos no exercício de 2016.

Órgão/Competência	Valor Devido	Valor Recebido	Diferenças (+/-)
Prefeitura Municipal			
Janeiro	922.258,92	922.258,92	0,00
Fevereiro	902.090,96	902.090,96	0,00
Março	924.872,17	924.872,17	0,00
Abril	901.159,93	901.159,93	0,00
Maió	878.570,66	878.570,66	0,00
Junho	906.201,07	906.201,07	0,00
Julho	901.795,76	901.795,76	0,00
Agosto	919.771,76	919.771,76	0,00
Setembro	962.890,62	962.890,62	0,00
Outubro	912.509,75	912.509,75	0,00
Novembro	950.723,00	950.723,00	0,00
Dezembro	1.096.740,54	0,00	(-) 1.096.740,54
TOTAL	11.190.585,14	10.093.844,60	(-) 1.096.740,54
Câmara Municipal			
Janeiro	20.210,39	20.210,39	0,00
Fevereiro	21.570,16	21.570,16	0,00
Março	22.327,52	22.327,52	0,00
Abril	27.815,40	27.815,40	0,00
Maió	21.558,59	21.558,59	0,00
Junho	21.561,83	21.561,83	0,00
Julho	21.852,46	21.852,46	0,00
Agosto	21.010,32	21.010,32	0,00
Setembro	22.083,43	22.083,43	0,00
Outubro	24.554,58	24.554,58	0,00
Novembro	23.097,16	23.097,16	0,00

Dezembro	24.233,10	24.233,10	0,00
TOTAL	271.874,94	271.874,94	0,00
Autarquia SAAE			
Janeiro	115.023,57	115.023,57	0,00
Fevereiro	112.108,68	112.108,68	0,00
Março	126.789,06	126.789,06	0,00
Abril	131.360,24	131.360,24	0,00
Maio	130.647,62	130.647,62	0,00
Junho	131.147,94	131.147,94	0,00
Julho	126.729,92	126.729,92	0,00
Agosto	132.113,65	132.113,65	0,00
Setembro	136.248,26	136.248,26	0,00
Outubro	125.379,00	125.379,00	0,00
Novembro	123.386,24	123.383,24	0,00
Dezembro	133.552,01	133.552,01	0,00
TOTAL	1.524.483,19	1.524.483,19	0,00
Unidade Gestora (IPREVITA)			
Janeiro	9.655,15	9.655,15	0,00
Fevereiro	10.519,12	10.519,12	0,00
Março	11.252,20	11.252,20	0,00
Abril	12.820,47	12.820,47	0,00
Maio	11.003,98	11.003,98	0,00
Junho	10.626,57	10.626,57	0,00
Julho	10.720,72	10.720,72	0,00
Agosto	10.852,79	10.852,79	0,00
Setembro	11.344,92	11.344,92	0,00
Outubro	10.874,63	10.874,63	0,00
Novembro	11.073,95	11.073,95	0,00
Dezembro	12.005,07	12.005,07	0,00
TOTAL	132.749,57	132.749,57	0,00
Cedidos			
Janeiro	4.293,83	4.293,83	0,00
Fevereiro	4.293,83	4.293,83	0,00
Março	4.293,82	4.293,82	0,00
Abril	4.293,82	4.293,82	0,00
Maio	4.293,83	4.293,83	0,00

Junho	4.293,84	4.293,84	0,00
Julho	4.293,84	4.293,84	0,00
Agosto	4.293,84	4.293,84	0,00
Setembro	4.293,83	4.352,00	(+) 58,17
Outubro	5.352,75	5.918,49	(+) 565,74
Novembro	3.542,90	3.468,27	(-) 74,63
Dezembro	8.073,16	8.020,90	(-) 52,26
TOTAL	55.613,29	56.110,31	497,02
EM RESUMO			
Órgão	Valor. Devido	Valor Recebido	Diferença (+/-)
Prefeitura Municipal	11.190.585,14	10.093.844,60	(-) 1.096.740,54
Câmara Municipal	271.874,94	271.874,93	0,00
Autarquia SAAE	1.524.483,19	1.524.483,19	0,00
Unidade Gestora (Iprevita)	132.749,57	132.749,57	0,00
Cedidos (Pref. Marataizes)	55.613,29	56.110,31	(+) 497,02
TOTAL	13.175.306,13	12.079.062,60	(-) 1.096.243,52

Na despesa, fixamos um valor de R\$ 24.962.000,00, em observância ao princípio do equilíbrio orçamentário.

A despesa efetiva a executar equivale a um montante de R\$ 14.760.000,00, em virtude da Reserva do RPPS, cuja finalidade é constituir as Reservas Técnicas necessárias para eliminar gradualmente o déficit existente e assegurar os benefícios futuros:

DESPESAS 2016			
Fixação da Despesa	Reserva do RPPS	Despesa a Executar	Despesa Executada
24.962.000,00	10.202.000,00	14.760.000,00	8.310.124,80

Do montante demonstrado na execução da despesa orçamentária, tem-se que R\$ 682.042,16 referem às despesas com a Manutenção das Atividades do IPREVITA e R\$ 7.628.082,64 às despesas com Pagamento de Aposentadorias e Pensões.

Na despesa com a Manutenção das Atividades do IPREVITA são consideradas as seguintes despesas:

Gestão de Pessoal: Pagamento dos vencimentos dos servidores ativos e à disposição, bem como despesas com remuneração, férias, encargos, adiantamentos, benefícios, gratificações, auxílios, indenizações, diárias, abonos, obrigações patronais e outras despesas correlatas.

Manutenção da Unidade: Despesas com materiais de consumo, viagens e locomoção, capacitação de pessoal, contratação de terceiros, aquisição de equipamentos e materiais permanentes, ampliação, manutenção e conservação de imóveis próprios ou alugados, e demais atividades necessárias para garantir a execução dos programas finalísticos.

COMPARATIVO DA DESPESA			
Espécie	2015	2016	Crescimento (%)
Manutenção das Atividades do IPREVITA	594.630,67	682.042,16	14,7%
Pagamento de Aposentadorias e Pensões	6.117.809,04	7.628.082,64	24,6%
TOTAL	6.712.439,71	8.310.124,80	23,8%

Quanto aos recursos financeiros, o IPREVITA iniciou o exercício de 2016 com o saldo financeiro contábil de R\$ 72.479.368,67 (setenta e dois milhões, quatrocentos e setenta e nove mil, trezentos e sessenta e oito reais e sessenta e sete centavos) e finalizou com o saldo de R\$ 99.977.135,89 (noventa e nove milhões, novecentos e setenta e sete mil, cento e trinta e cinco reais e oitenta e nove centavos).

A arrecadação da Receita Patrimonial superou as expectativas orçamentárias, impactando positivamente o saldo das contas do IPREVITA em R\$ 16.093.461,19 (dezesseis milhões, noventa e três mil, quatrocentos e sessenta e um reais e dezenove centavos), descontadas a desvalorizações das carteiras de investimentos.

RENDIMENTO DAS APLICAÇÕES			
Mês	Receita Patrimonial	Desvalorização da Carteira	Saldo
Janeiro	1.216.409,88	176.427,00	1.039.982,88
Fevereiro	1.590.239,46	67.092,99	1.523.146,47
Março	3.126.039,00	0,00	3.126.039,00
Abril	2.470.505,88	0,00	2.470.505,88
Maio	350.585,57	303.981,18	46.604,39
Junho	1.432.307,22	1.738,90	1.430.568,32
Julho	2.114.271,20	0,00	2.114.271,20
Agosto	805.902,96	10.545,54	795.357,42
Setembro	1.381.409,01	0,00	1.381.409,01
Outubro	996.778,73	0,00	996.778,73
Novembro	75.518,78	1.361.574,73	(1.286.055,95)
Dezembro	2.514.433,29	59.579,45	2.454.853,84
TOTAL	18.074.400,98	1.980.939,79	16.093.461,19

O IPREVITA teve um crescimento aproximado de 38%, em seu saldo financeiro, conforme tabela abaixo:

2015	2016	Crescimento (%)
72.479.368,67	99.977.135,89	37,9%

A composição, portanto, do saldo financeiro do IPREVITA no exercício de 2016 foi a seguinte:

EXERCÍCIO DE 2016	
Disponibilidade de Caixa	249.704,54
Investimentos e Aplicações Temporárias	99.727.431,35
TOTAL	99.977.135,89

Quanto à distribuição dos valores nas instituições financeiras em 31/12/2016:

INSTITUIÇÃO	Valor	(%)
Banco do Brasil	65.799.548,30	65,8%
Caixa Econômica federal	27.615.006,44	27,6%
Banco do Estado do Espírito Santo	6.562.581,15	6,6%
TOTAL	99.977.135,89	100%

Na tabela a seguir são encontradas as informações pormenorizadas, referentes ao resultado financeiro do exercício de 2016, às estratégias de gestão e outras informações pertinentes:

PLANILHA DE ENQUADRAMENTO DAS APLICAÇÕES FINANCEIRAS EM FACE DA RESOLUÇÃO CMN Nº 3.922/2010 C/C RS CMN Nº 4.392/2014				
Fundos de Investimentos	Límite Resolução	Estratégia	Alocado	Valor Alocado
RENDÁ FIXA (artigo 7º)				
Títulos Tesouro Nacional - SELIC - Art. 7º, I, "a"	100%	0%	-	0,00
FI 100% títulos TN - Art. 7º, I, "b"	100%	95%	84,64%	84.410.231,51

Operações Compromissadas - Art. 7º, II	15%	0%	-	0,00
FI RF/Referenciado RF - Retorno do subíndice do Índice IMA/Índices IDkA - Art. 7º, III, a	80%	15%	6,54%	6.518.314,44
FI Índices RF/Reflexos do subíndice do Índice IMA/Índices IDkA - Art. 7º, III, b	80%	0%	-	0,00
FI de Renda Fixa/Referenciado em RF - Art. 7º, IV, a	30%	25%	2,10%	2.093.998,44
FI de Renda Fixa - Reflexos de Índices de referência de RF - Art. 7º, IV, b	30%	0%	-	0,00
Poupança - Art. 7º, V, a	20%	0%	-	0,00
Letras Imobiliárias Garantidas - Art. 7º, V, b	20%	0%	-	0,00
FI em Direitos Creditórios - Aberto - Art. 7º, VI	15%	0%	-	0,00
FI em Direitos Creditórios - Fechado - Art. 7º, VII, "a"	5%	0%	-	0,00
FI Renda Fixa "Crédito Privado" - Art. 7º, VII, "b"	5%	0%	-	0,00
Límite em Direitos Creditórios (7º, VI; VII, a; 7º, VII, b) - (RS 3.922/10 - Art. 7º, § 5º)	15%	5%	-	0,00
Total em Renda Fixa		140%	93,28%	93.022.544,40
RENDA VARIÁVEL (artigo 8º)				
FI Ações referenciados - Art. 8º, I	30%	10%	1,39%	1.389.682,00
FI de Índices Referenciados em Ações - Art. 8º, II	20%	0%	-	0,00
FI em Ações - Art. 8º, III	15%	10%	3,96%	3.952.358,51
FI Multimercado - aberto - Art. 8º, IV	5%	3%	-	0,00
FI em Participações - fechado - Art. 8º, V	5%	3%	-	0,00
FI Imobiliário - cotas negociadas em bolsa - Art. 8º, VI	5%	3%	1,37%	1.362.846,17
Total em Renda Variável	30%	29%	6,72%	6.704.886,68
DISPONIBILIDADES FINANCEIRAS - CAIXA/BANCO				249.704,54
TOTAL		169%	100,00%	99.977.135,62

- Apuração do resultado financeiro dos últimos cinco exercícios.

EVOLUÇÃO DOS RESULTADOS FINANCEIROS			
Exercício	Anterior	Atual	Resultado
2012	28.438.119,93	41.488,41.	13.050.141,58
2013	41.488.261,41	44.108.914,78	2.620.653,37.
2014	44.108.914,78	57.690.225,33	13.581.310,55
2015	57.690.225,33	72.479.368,67	14.789.143,34
2016	72.479.368,67	99.977.135,89	27.797.767,22

6. DOS INVESTIMENTOS

Os recursos financeiros do IPREVITA são aplicados seguindo a Resolução CMN nº 3.922/2010, que dispõe sobre as aplicações dos Regimes Próprios de Previdência Social, estabelecendo limites de concentração e diversificação em suas aplicações nos fundos de investimentos administrados pelos bancos públicos – no caso do Espírito Santo, o Banestes, Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal.

Todos os recursos são aplicados com o máximo cuidado no sentido de se cumprir com a obrigatoriedade do ente federado em manter equilibrada a balança financeira e atuarial do RPPS.

Assim, o IPREVITA tem apresentado crescimento gradativo em suas aplicações financeiras, garantindo a estabilidade de seus segurados.

Anualmente são definidas metas de rentabilidade a serem atingidas nas aplicações financeiras dos fundos. Em 2016, a meta atuarial foi formada pelo IPCA mais juros reais de 6%.

A gestão da aplicação dos recursos é própria, ficando as decisões financeiras a cargo do Conselho de Administração, de acordo com o artigo 71, III, da Lei Municipal nº. 2.539, de 30 de dezembro de 2011.

O IPREVITA mantém contrato de consultoria em investimentos com a empresa Mais Valia Consultoria LTDA, a qual fornece demonstrativos detalhados, evidenciando que o IPREVITA tem conseguido capitalizar recursos para o pagamento dos benefícios previdenciários.

A responsabilidade, na unidade gestora, pela formalização das operações financeiras e de movimentação das contas do RPPS, de acordo com o artigo 77, IX, da Lei Municipal nº. 2.539, de 30 de dezembro de 2011, é do Diretor-Presidente em conjunto com o Diretor Administrativo-Financeiro do RPPS, ambos possuidores de Certificação desenvolvida pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais - ANBIMA, CPA-10, válidos até 04 de outubro de 2019 e, 16 de junho de 2018, na forma requerida pelos artigos 2º e 3º, inciso II, da Portaria MPS nº 155, de 15 de maio de 2008.

As movimentações financeiras do IPREVITA são feitas com a utilização do formulário Autorização de Aplicação e Resgate – APR, de acordo com o estabelecido no art. 3º, b, da Portaria MPS nº 519, de 24 de agosto de 2011.

O IPREVITA possui ainda o Comitê de Investimentos - instituído pela Portaria nº 11, de 01 de agosto de 2012, que é uma instância colegiada de caráter consultivo, propositivo e deliberativo, auxiliando no processo decisório quanto à execução da política de investimentos, perfilhando-se, assim, aos moldes exigidos pela Portaria MPS/GM nº 170, de 25 de abril de 2012, que alterou a Portaria MPS/GM nº 519, de 24 de agosto de 2011. O Comitê de Investimentos é composto por 03 membros, todos integrantes da Estrutura Técnico Administrativa do IPREVITA, indicados pelo Diretor-Presidente do IPREVITA, em que o seu presidente, obrigatoriamente, deverá possuir a certificação de que trata o § 2º da Portaria MPS n. 440/2014.

Importante ressaltar que os Membros do Comitê de Investimentos também atuam voluntariamente, não recebendo qualquer vantagem pecuniária pelo exercício da função.

A relação dos membros que compõem o Comitê de Investimentos, assim como os seus dados pessoais (nome, endereço, formação, telefone, e-mail e CPF), também estão inseridos na Relação de Responsáveis que acompanha este Relatório de Gestão.

- Evidenciação da evolução do saldo dos Investimentos e Aplicações Temporárias dos últimos cinco exercícios.

	2012	2013	2014	2015	2016
Saldo	40.995.234,68	43.677.627,37	56.228.856,08	72.213.415,47	99.727.431,07
Varição		(+) 2.682.392,69	(+) 12.551.228,71	(+) 15.984.559,39	(+) 27.514.015,60

- Evidenciação da meta atuarial fixada (IPCA + 6%) para os investimentos e o percentual efetivamente alcançado nos últimos cinco exercícios.

	2012	2013	2014	2015	2016
Meta atuarial	12,19%	12,27%	12,79%	17,31%	12,64%
Rentabilidade alcançada	23,77%	(-) 8,36%	12,32%	8,52%	20,77%

- Análise do cumprimento da política de investimentos do RPPS e do enquadramento destas aplicações aos limites legais estabelecidos pelo Conselho Monetário Nacional.

Em 2016 o IPREVITA cumpriu fielmente a sua política de investimentos não incorrendo em desenquadramento dos ativos, ou seja, aqueles decorrentes de aplicações indevidas ou fora de seus limites regulamentares legais de forma direta por seus gestores. Abaixo apresentamos um quadro com os investimentos do IPREVITA, em termos percentuais por artigo da Resolução nº 3.922/10, diante da sua política de investimentos:

ENQUADRAMENTO DA CARTEIRA					
Artigo	Classe	Valor (R\$)	% Carteira	Política de Investimento	Limite Res. 3.922/10
Renda Fixa					
Artigo 7º I, Alínea b	FUNDOS 100% TP (IMA ou IDkA)	84.410.231,51	84,64%	95,00%	100,00%
Artigo 7º III, Alínea a	FUNDOS DE INVEST. RENDA FIXA REF (IMA ou IDkA)	6.518.314,44	6,54%	15,00%	80,00%
Artigo 7º IV, Alínea a	RF e REFERENCIAL LIVRE	2.093.998,44	2,10%	25,00%	30,00%
Total Renda Fixa		93.022.544,39	93,28%		
Renda Variável					
Artigo 8º I	FIA INDEXADO IBOV. IBX OU IBX-50	1.389.682,00	1,39%	10,00%	20,00%
Artigo 8º III	FUNDO DE AÇÃO	3.952.358,51	3,96%	10,00%	15,00%
Artigo 8º VI	FUNDO INVEST. IMOBILIÁRIO	1.362.846,17	1,37%	3,00%	5,00%
Total Renda Variável		6.704.886,68	6,72%		

- Evidenciação mensal do comportamento dos rendimentos das aplicações financeiras, segregados por segmento de aplicação, ocorridas no exercício financeiro.

Abaixo apresentamos uma tabela com a rentabilidade dos investimentos, em 2016, por segmento da Resolução 3.922/10, lembrando que os investimentos do Artigo 7º referem-se ao segmento de renda fixa e os do Artigo 8º aos investimentos do segmento de renda variável.

RENTABILIDADE POR ARTIGO EM PERÍODOS FECHADOS (%)				
Estratégia	No Mês	No Ano	12 meses	24 meses
Artigo 7º I, Alínea b % do CDI	2,72 242,0	22,99 164,2	22,99 164,2	--
Artigo 7º III, Alínea a % do CDI	3,71 330,3	24,14 172,4	24,14 172,4	--
Artigo 7º IV, Alínea a % do CDI	1,13 101,0	13,94 99,5	13,94 99,5	--
Artigo 8º I Var. IBOVESPA p.p	-2,69 0,0	38,16 -0,8	38,16 -0,8	--
Artigo 8º III Var. IBOVESPA p.p	-0,53 2,2	12,37 -26,6	12,37 -26,6	--
Artigo 8º VI Var. IBOVESPA p.p	1,47 4,2	41,33 2,4	41,33 2,4	--

- Evidenciação da rentabilidade mensal de imóveis destinados a investimentos do RPPS.

Não se aplica.

- Relatório detalhado do último trimestre do exercício financeiro, sobre a rentabilidade, os riscos das diversas modalidades de operações realizadas nas aplicações dos recursos do RPPS e a aderência à política anual de investimentos e suas revisões.

Abaixo apresentamos tabela que evidencia a relação risco/retorno do IPREVITA em janelas móveis de tempo:

ANÁLISE DE RISCO / RETORNO DA CARTEIRA							
	Qtd.	Perct.	Período	Rentabilidade (%)			Volat. Anual
				Carteira	IPCA + 6%	p.p. Index.	
Meses acima do Benchmark	8	66,7%					
Meses abaixo do Benchmark	4	33,3%	03 meses	2,24	2,20	0,0	0,000
			06 meses	7,12	4,83	2,3	0,000
			12 meses	20,77	12,64	8,1	0,000
			24 meses	--	--	--	--
Maior rentabilidade da Carteira	4,06%	Mar/16	36 meses	--	--	--	--
Menor rentabilidade da Carteira	-1,32%	Nov/16	Desde o início	20,77	12,64	8,1	0,000

O IPREVITA manteve, ao longo de 2016, em torno de 85% dos seus recursos investidos em Fundos de Investimentos cujas carteiras são formadas exclusivamente por títulos públicos federais - que são aqueles com maior retorno e menor risco de crédito. Este é o maior exemplo do conservadorismo e proteção da carteira de investimentos do IPREVITA, levado a termo por sua direção, comitê de investimentos e Conselho em ano de tantas influências e crises econômicas e políticas enfrentadas pelo Brasil e com significativas influências no mercado financeiro nacional.

Outros aproximadamente 9% de seu patrimônio estavam investidos, em 31/12/2016, no segmento de renda fixa em fundos de baixo risco de crédito também.

No segmento de renda variável, na mesma data, estavam investidos aproximadamente 6% dos recursos financeiros previdenciários do IPREVITA em fundos com a participação da CAIXA nas atividades de gestora e/ou administradora destes 3 investimentos.

Abaixo segue tabela com as rentabilidades do IPREVITA em 2016, mês a mês, em comparação com a sua meta atuarial:

Rentabilidades da Carteira													
Ano	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Rent.Ano
2016	1,34	1,97	4,06	3,03	0,07	1,69	2,33	0,88	1,50	1,07	-1,32	2,51	20,77
IPCA + 6%	1,74	1,34	0,94	1,08	1,27	0,86	1,01	0,98	0,57	0,72	0,64	0,81	12,64
p.p. Indx.	-0,40	0,63	3,12	1,95	-1,20	0,83	1,32	-0,10	0,93	0,34	-1,96	1,70	8,13

Das Reuniões Realizadas pelo Comitê de Investimentos no Exercício de 2016

As Reuniões do Comitê de Investimentos do RPPS ocorreram de forma ordinária, sempre realizadas na sede da Autarquia e, assim como as reuniões dos conselhos, não foram realizadas por cronograma previamente estabelecido, mas convocadas ordinariamente ou mesmo extraordinariamente. A divulgação das reuniões, na forma exigida pela Portaria MPS nº 440, de 09 de outubro de 2013, foram disponibilizadas com antecedências aos segurados e dependentes, através do site do IPREVITA (www.iprevita.com.br), as datas e locais das mesmas.

04/02/2016 às 15h00min – Reunião ordinária, cujas tratativas foram a respeito da mudança da empresa prestadora de serviços de consultoria financeira do IPREVITA, e análise do cenário econômico no período atual, comparando os rendimentos do RPPS até o mês de janeiro de 2016, verificando que os fundos com benchmark referenciado ao IMA-B (fundo este de maior concentração nas aplicações), mostrando um rendimento de 1,83% contra uma meta atuarial de 1,74%. Os fundos de renda variável tiveram uma rentabilidade negativa, com exceção do fundo de Capital protegido da instituição BANESTES, impactando uma redução no consolidado dos fundos de investimentos na ordem de 1,31% e que diante desta situação, o Comitê de Investimentos decidiu pela continuidade das aplicações existentes e as novas entradas de recursos sendo aplicadas em fundos referenciados ao DI.

17/03/2016 às 14h00min – Reunião ordinária, cujas tratativas foram referentes à análise do cenário econômico e político atual, verificando um viés de melhora nos rendimentos, tanto dos fundos de investimentos de títulos públicos, quanto os de renda variável e perfazendo em fevereiro de 2016, no consolidado dos investimentos o rendimento de 3,13%, diante da meta atuarial de 3,11%. Diante da atual situação, o Comitê de Investimentos decidiu pela continuidade das aplicações existentes e as novas entradas de recursos foram aplicadas em fundos referenciados ao DI, no aguardo de melhor oportunidade de investimentos para superar a meta atuarial.

12/05/2016 às 14h00min – Reunião ordinária, cujas tratativas foram acerca da análise do cenário econômico e político atual, verificando que desde o início do processo envolvendo um possível afastamento da Presidente Dilma, os investimentos (tanto dos fundos compostos com títulos públicos federais quanto dos de renda variável), tiveram rendimentos com percentuais há muito tempo não vistos, perfazendo até abril de 2016, no consolidado dos investimentos o rendimento de 10,51%,

diante a meta atuarial de 5,20%. Diante da atual situação, o Comitê de Investimentos decidiu pela continuidade das aplicações existentes e as novas entradas de recursos sendo aplicadas em fundos referenciados ao DI, no aguardo de melhor oportunidade de investimentos para superar a meta atuarial.

23/08/2016 às 16h00min – Reunião ordinária, cujas tratativas foram sobre a análise do relatório semestral elaborado pela empresa Mais Valia Consultoria Financeira, onde se recomenda aproveitar a oportunidade do momento, quais sejam: as taxas pagas nos títulos públicos federais indexados ao IMA-B e remanejar parte dos recursos aplicados nos Fundos indexados ao CDI para os referidos fundos IMA-B. Depois foi abordado o cenário atual e as sugestões apresentadas no referido relatório. Foi sugerida, pelos membros do Comitê de Investimento, a relocação dos fundos indexados ao CDI para os de IMA-B, na busca da superação da meta atuarial neste exercício.

28/11/2016 às 10 h – Reunião ordinária, cujas tratativas foram diversas, iniciando pela a análise do cenário econômico atual, e analisando o relatório elaborado pela empresa contratada, a Mais Valia Consultoria Financeira e verificando o relatório "focus" do Banco Central do dia 11 de novembro de 2016, com o objetivo de preparar a Política de Investimentos para o exercício de 2017. E depois de verificados os resultados obtidos até a presente data, sugeriu-se alocar em até 100% dos valores nos fundos compostos exclusivamente com títulos públicos, mantendo 10% em fundos de renda fixa indexados ao CDI, manter o percentual de renda variável existente e não atribuir limite aos fundos de crédito privado e FIDCs aberto e fechado, não disponibilizar limite de aplicação para fundos multimercado e não disponibilizar limite adicional de aplicação para fundos estruturados deste segmento, diante do quadro de incertezas que afetam a economia brasileira. No atual momento corporativo nacional destacam-se, como fatores significativos, o elevado nível de desemprego que deve se manter em 2017, considerável nível de endividamento das empresas e famílias, mínimos níveis de redução da taxa de juros e custos de financiamento, dificuldades enfrentadas pelo segmento de construção civil e outros como o petróleo e o gás e também a demanda de financiamentos e aumento significativo dos pedidos de recuperação judicial das empresas privadas de diversos setores da economia.

7. DA PERÍCIA MÉDICA

O Decreto Municipal nº 2.966, de 12 de maio de 2006 - que dispõe sobre o credenciamento de médicos para compor a Junta Médica oficial do Instituto de Previdência dos Servidores Público do Município de Itapemirim, foi revogado pelo Decreto nº 10.730, 27 de julho de 2016, objetivando melhorar as diretrizes administrativas de competitividade bem como propiciar a oportunidade de participação aos profissionais liberais de nossa região, outrossim, também firmar a competência própria desta Autarquia Municipal no credenciamento.

Desta forma, o IPREVITA instaurou processo de Credenciamento Público nº 01, em 30 de maio de 2016, com objetivo de cadastrar médicos para integrar a Junta Médica Oficial do Instituto de Previdência.

Entretanto, no processo de credenciamento não houve interessados até 31 de dezembro de 2016, razão pela qual o IPREVITA, durante o exercício de 2016, não possuiu quadro de profissionais responsáveis pela prestação dos serviços de perícias médicas, sendo necessário em 2017 dar continuidade ao processo.

8. DA TAXA DE ADMINISTRAÇÃO

A Lei Municipal nº. 2.539/2011, em seu art. 89, § 1º, fixou a taxa de administração em 2,00% do valor total das remunerações, proventos e pensões dos segurados vinculados ao RPPS de Itapemirim, relativamente ao exercício anterior, permitindo, ainda, que o RPPS possa constituir reserva com as sobras do custeio das despesas do exercício, cujos valores serão utilizados para os mesmos fins a que se destina a taxa de administração.

Base de Cálculo

DESPESA TOTAL COM FOLHA DE PAGAMENTO NO EXERCÍCIO DE 2015 PARA FIXAÇÃO DA TAXA DE ADMINISTRAÇÃO DE 2016.				
Mês	Ativo	Inativo	Pensionista	Total
Prefeitura Municipal				
Janeiro	3.541.397,39	147.796,87	47.002,24	3.736.196,50
Fevereiro	4.316.627,85	142.110,91	46.571,75	4.505.310,51
Março	4.199.906,09	335.696,58	187.827,88	4.718.640,17
Abril	3.887.060,77	233.186,64	96.363,88	4.216.611,29
Maio	3.899.527,18	204.876,98	93.335,48	4.194.146,86
Junho	3.948.756,68	241.722,10	93.335,48	4.280.221,48
Julho	4.464.267,82	196.674,40	93.335,48	4.754.277,70
Agosto	4.263.002,43	193.148,34	96.424,44	4.552.575,21
Setembro	3.989.674,45	199.779,38	96.424,44	4.285.878,27
Outubro	4.228.363,84	210.366,26	96.424,44	4.535.154,54
Novembro	4.304.673,44	212.821,67	96.424,44	4.613.919,55
Dezembro	6.781.680,07	350.263,09	286.161,12	7.418.104,28
TOTAL	51.824.938,01	2.668.443,22	1.329.631,07	55.823.012,30
Câmara Municipal				
Janeiro	99.216,02	5.218,05	0,00	104.434,07
Fevereiro	104.502,23	5.583,50	0,00	110.085,73
Março	85.059,82	5.583,50	0,00	90.643,32

Abril	100.097,83	5.583,50	0,00	105.681,33
Maio	94.759,20	0,00	0,00	94.759,20
Junho	97.076,65	0,00	0,00	97.076,65
Julho	114.934,12	0,00	0,00	97.076,65
Agosto	99.074,58	0,00	0,00	99.074,58
Setembro	120.255,25	0,00	0,00	120.255,25
Outubro	115.898,95	0,00	0,00	115.898,95
Novembro	122.757,45	0,00	0,00	122.757,45
Dezembro	216.716,53	0,00	0,00	216.716,53
TOTAL	1.370.348,36	21.928,55	0,00	1.392.276,91
Autarquia SAAE				
Janeiro	405.340,31	16.601,34	3.492,37	417.095,18
Fevereiro	456.065,29	18.087,86	4.817,87	427.311,73
Março	471.947,29	14.719,67	4.202,45	471.461,84
Abril	463.742,54	16.569,43	4.735,34	459.898,22
Maio	466.686,33	17.395,98	4.468,92	471.057,64
Junho	472.924,81	15.644,56	4.468,92	463.021,90
Julho	446.565,73	15.644,56	4.468,92	447.056,90
Agosto	460.028,34	15.644,56	4.468,92	457.987,01
Setembro	459.711,91	15.644,56	4.468,92	410.564,55
Outubro	443.977,78	15.644,56	4.468,92	443.602,20
Novembro	422.283,26	23.823,04	4.468,92	472.123,58
Dezembro	802.186,00	30.977,42	16.437,84	551.774,79
TOTAL	5.771.459,59	216.397,54	64.968,31	6.052.825,44
Unidade Gestora (IPREVITA)				
Janeiro	23.641,31	69.185,20	14.056,80	106.883,31
Fevereiro	21.733,22	86.851,91	22.358,81	130.943,94
Março	26.955,85	128.776,36	20.273,30	180.795,89
Abril	32.800,11	96.907,33	21.805,60	151.513,04
Maio	23.976,54	93.575,99	19.282,11	140.427,42
Junho	33.428,27	108.248,23	20.933,67	166.202,95
Julho	36.673,39	113.727,93	20.075,37	170.476,69
Agosto	22.372,18	135.192,50	21.835,99	179.400,67
Setembro	23.680,12	136.949,65	20.048,12	180.677,89
Outubro	22.462,87	143.210,65	31.425,15	197.098,67
Novembro	22.462,87	141.327,93	23.867,32	187.658,12

Dezembro	39.893,37	256.627,04	62.652,69	359.173,10
TOTAL	330.080,10	1.510.580,72	298.614,93	2.139.275,75
EM RESUMO				
ÓRGÃO	PM/CM/USAAE	IPREVITA	PERCENTUAL	LIMITE MÁXIMO COM GASTO EM 2016
VALOR	R\$ 63.268.114,65	R\$ 2.139.275,75	2%	
TOTAL GERAL		R\$ R\$ 65.407.390,40		

Conforme demonstrado abaixo, verifica-se que o limite prescrito na Lei Municipal nº 2.539, de 30 de dezembro de 2011, foi observado em 2016.

VALOR TOTAL DA FOLHA BRUTA DO MUNICÍPIO		DISPONIBILIDADE - 2% DO VALOR DA FOLHA BRUTA DO MUNICÍPIO (EXERCÍCIO ANTERIOR)		DESPESA ADMINISTRATIVA EFETIVADA	SOBRAS DO CUSTEIO DAS DESPESAS
Ano	Valor (A)	Ano	Valor (B)	Valor (C)	Valor (B) - (C)
2015	R\$ 65.407.390,40	2016	R\$ 1.308.147,80	R\$ 682.042,16	R\$ 626.105,64

Licitações

Durante o exercício de 2016, o IPREVITA não realizou nenhuma modalidade licitatória.

Contratos

Em 2016 foram administrados 10 contratos de prestação de serviços. Abaixo, segue a relação dos contratos, evidenciados por prestador, objeto, prazo de duração e os valores totais envolvidos no exercício:

Nº	CONTRATADO	OBJETO	Prazo de Duração	VR. PG. EM 2016
005/15 (Aditivo)	E & L Produções de Softwares Ltda.	Concessão de Licença de Uso e Serviços de Suporte e Manutenção de Softwares.	12 Meses	R\$ 26.801,70
006/15 (aditivo)	A & S Administração e Serviços Ltda.	Prestação de Serviços de Recepcionista e Servente de Limpeza / Conservação.	12 Meses	R\$ 44.392,32
007/15	Penha de Souza Jamariquei - ME.	Serviço de Acesso a Internet.	12 Meses	R\$ 1.216,04
008/15	Maratalzes Piúma Iriri Internet Ltda - ME.	Prestação de Serviços de Aluguel de Espaço Publicitário no Site www.maratimba.com	12 Meses	R\$ 5.460,00

009/15	BPD – Serviço de Processamento de Dados.	Prestação de Serviços de Impressão de Contracheques.	12 Meses	R\$ 1.238,04
010/15	L. R. S. Alves - ME.	Fornecimento de Pão Francês com 50 gramas - sem manteiga.	12 Meses	R\$ 920,57
001/16	Mais Valia Consultoria Ltda.	Prestação de Serviços de Consultoria Financeira.	12 Meses	R\$ 4.675,00
002/16	João Luiz Rocha da Silva	Locação de Imóvel Comercial.	12 Meses	R\$ 8.800,00
003/16	Banco do Brasil S.A.	Prestação de Serviços Previdenciários (Assessoria Atuarial).	12 Meses	R\$ 0,00
004/16	Penha de Souza Jamariquelel – ME.	Serviço de Acesso a Internet.	12 Meses	R\$ 156,93

9. DA EXECUÇÃO PATRIMONIAL

Os ativos financeiros são aqueles cuja realização independe de autorização orçamentária. São registrados no balanço patrimonial e fornecem recursos para pagamento de obrigações ou manutenção de operações.

No caso dos Regimes Próprios de Previdência Social – RPPS, no ativo financeiro estarão dispostos, substancialmente, os recursos provenientes das receitas de contribuições e receita patrimonial, os quais devem ser empregados exclusivamente para pagamento de benefícios previdenciários, à exceção da taxa de administração, conforme Lei nº 9.717, de 27 de novembro de 1998.

Os ativos não financeiros ou permanentes, normalmente, são destinados à manutenção das operações do RPPS e sua mobilização ou alienação ficam na dependência de autorização legislativa. Já os passivos financeiros referem-se principalmente às faturas de bens e serviços, benefícios previdenciários, entre outros, que estavam pendentes na data do encerramento do exercício. Também se referem a valores restituíveis de consignações em folha de pagamento.

ATIVO CIRCULANTE

O ativo circulante em 2016 soma o total de R\$ 101.077.300,65 (cento e um milhões, setenta e sete mil, trezentos reais e sessenta e cinco centavos), com a seguinte composição:

ATIVO CIRCULANTE	VALOR
Caixa e equivalentes	249.704,54
Créditos a receber	1.096.740,53
Investimentos	99.727.431,35

Estoques	3.424,23
TOTAL	101.077.300,65

Os créditos a receber referem-se às contribuições do RPPS a receber.

Quanto aos investimentos, as informações financeiras mais relevantes foram abordadas na gestão financeira.

Quanto ao estoque, houve o ingresso, a título de material de consumo, do valor total de R\$ 5.903,09 (cinco mil, novecentos e três reais e nove centavos), conforme despesas liquidadas no decorrer do exercício.

Os ingressos em almoxarifado consideram os valores liquidados durante o exercício, não os empenhados, conforme art. 63, § 2º, inciso II, da Lei nº 4.320/64.

Conforme informações do setor responsável, as saídas foram na ordem de R\$ 6.167,77 (seis mil, cento e sessenta e sete reais e setenta e sete centavos).

Assim, o saldo apurado dos bens em almoxarifado que compõem o estoque do IPREVITA no encerramento do exercício foi o seguinte:

ESTOQUES	VALOR
SALDO EM 2015	3.688,91
Entrada em Almoxarifado	5.903,09
Saída em Almoxarifado	6.167,77
SALDO EM 2016	3.424,23

ATIVO NÃO CIRCULANTE

O imobilizado do IPREVITA apresentou saldo de R\$ 157.791,80 (cento e cinquenta e sete mil, setecentos e noventa e um reais e oitenta centavos), no final do exercício de 2016.

A movimentação em 2016 foi a seguinte:

IMOBILIZADO	SALDO EM 2015	SALDO EM 2016	
		Incorporações	Saldo
Bens Móveis	67.541,17	4.226,00	71.767,17
Bens Imóveis	105.640,25	0,00	105.640,25

(-) Depreciação Acumulada	(9.787,79)	(9.827,83)	(19.615,62)
TOTAL	163.393,63	(5.601,83)	157.791,80

A depreciação, exaustão e amortização dos bens móveis são calculadas pelo Setor de Patrimônio e Almoxarifado do IPREVITA e encaminhadas à Contabilidade para registro.

No entanto, ainda não há publicação de taxas próprias do município para a depreciação de bens, considerando a especificidade de cada bem, vida útil, etc., posto que o tema é jovem no âmbito do setor público municipal, o qual está se adequando gradativamente às novas regras.

PASSIVO CIRCULANTE e NÃO CIRCULANTE

O passivo circulante finalizou com um saldo de R\$ 22,00 (vinte e dois reais) de compromisso com terceiros, referente a outros valores restituíveis.

No passivo não circulante estão contabilizadas as provisões matemáticas previdenciárias, as quais apresentaram um saldo de R\$ 144.402.871,33 (cento e quarenta e quatro milhões, quatrocentos e dois mil, oitocentos e setenta e um reais e trinta e três centavos).

Entende-se por provisão matemática previdenciária a diferença entre os valores provisionados pelos RPPS para fazer face à totalidade dos compromissos futuros do plano e as contribuições futuras correspondentes.

Ou seja, a provisão matemática previdenciária, também conhecida como Passivo Atuarial, representa o total dos recursos necessários ao pagamento dos compromissos dos planos de benefícios, calculados atuarialmente, em determinada data, a valor presente. Tais provisões devem ser calculadas por profissional habilitado, conforme Lei nº 9.717/98, de 27 de novembro de 1998.

Em 2016, os valores das Provisões foram atualizados, de acordo com a Avaliação atuarial data-base 31/12/2016.

PATRIMÔNIO LÍQUIDO E RESULTADO DO EXERCÍCIO

O resultado das variações patrimoniais aumentativa do exercício de 2016 foi positivo, avançando substancialmente frente ao resultado do exercício anterior.

Apurou um resultado positivo de R\$ 38.083.768,32 (trinta e oito milhões, oitenta e três mil, setecentos e sessenta e oito reais e trinta e dois centavos). Não obstante, o exercício se encerrou com um patrimônio líquido negativo de R\$ 71.346.398,40 (setenta e um milhões, trezentos e quarenta e seis mil, trezentos e noventa e oito reais e quarenta centavos), em decorrência da contabilização das provisões matemáticas previdenciárias.

A variação patrimonial diminutiva referente às provisões matemáticas em 2016 foi no total de R\$ 123.818.970,55 (cento e vinte e três milhões, oitocentos e dezoito mil, novecentos e setenta reais e cinquenta e cinco centavos).

O impacto significativo nesse resultado, portanto, decorre das provisões matemáticas previdenciárias, uma vez que são registradas como variações patrimoniais diminutivas, conforme se depreende das tabelas abaixo:

POSIÇÃO ATUAL DO PL					
VPA's	VPD's	RESULTADO	ATIVO	PASSIVO	PL
63.383.616,47	134.730.014,87	(71.346.398,40)	101.235.092,45	144.402.893,33	(43.167.800,88)

PL SEM PROVISÕES					
VPA's	VPD's	RESULTADO	ATIVO	PASSIVO	PL
63.383.616,47	10.911.044,32	52.472.572,15	101.235.092,45	22,00	101.235.070,45

PASSIVO FINANCEIRO 2016	VALOR
Passivo circulante	22,00
Créditos empenhados a liquidar 2016	0,00
RPNP a liquidar 2015	0,00
TOTAL	22,00

No que se refere a variações qualitativas, que são aquelas decorrentes de transações no setor público que alteram a composição dos elementos patrimoniais sem afetar o patrimônio líquido, em 2016, foram consideradas na incorporação de ativos as seguintes despesas de capital:

VARIAÇÕES QUALITATIVAS	VALOR
Equipamentos e material permanente	4.226,00

Seguindo orientação do MCASP, foram consideradas apenas as variações qualitativas decorrentes das receitas e despesas de capital, considerando a relevância da informação.

Hodiernamente, já está sedimentado o entendimento quanto aos fatos permutativos que devem ser levados à demonstração ou não, conforme sua relevância, e de que forma.

10. DA GESTÃO ATUARIAL

A partir da primeira Reforma da Previdência Social, estabelecida pela Emenda Constitucional nº 20/1998, a Constituição Federal determinou, em seu art. 40, que seja assegurado o equilíbrio financeiro e atuarial dos RPPS, que representa o ponto de equilíbrio entre as contribuições arrecadadas e os benefícios devidos. O instrumento para aferir tal ponto de equilíbrio e possibilitar o cumprimento do mandamento constitucional é dado pela Ciência Atuarial e, por essa razão, o art. 1º da Lei Federal nº 9.717/1998 estabeleceu, em seu inciso I, dentre os vários critérios de organização e funcionamento dos RPPS, a realização de avaliação atuarial em cada balanço anual, utilizando-se parâmetros gerais.

Por equilíbrio financeiro entende-se que as receitas previdenciárias arrecadadas durante um ano devem cobrir as despesas previdenciárias executadas no mesmo período. Por equilíbrio atuarial entende-se ainda que as contribuições previdenciárias futuras, trazidas a valor presente, devem ser suficientes para financiar as despesas futuras com benefícios, também trazidas a valor presente. Pode-se extrair desses conceitos que, de forma simplificada, o que for arrecadado deve ser suficiente para o pagamento dos benefícios oferecidos pelo RPPS, quer no curto ou no longo prazo.

As reavaliações atuariais deverão ter como data da avaliação o último dia do exercício anterior ao da exigência de sua apresentação – 31 de março do ano subsequente, e serão elaboradas com dados cadastrais posicionados entre os meses de julho a dezembro do exercício anterior ao da exigência de sua apresentação junto a Secretaria de Previdência Social/Ministério da Fazenda. No caso específico do RPPS de Itapemirim, as informações cadastrais sempre são tabuladas no mês de agosto.

Conforme parecer do atuário, a reavaliação atuarial do RPPS de Itapemirim em 2016 apresentou uma insuficiência atuarial, em relação à geração atual, de R\$ 65.937.506,26 (sessenta e cinco milhões, novecentos e trinta e sete mil, quinhentos e seis reais e vinte e seis centavos), cujo valor representa a diferença entre as reservas matemáticas necessárias (R\$ 165.664.937,61) e o valor do patrimônio - composto por saldo em conta corrente e aplicações, existente em Dezembro de 2016 (R\$ 99.727.431,35).

A fim de garantir a sustentabilidade do RPPS e o equilíbrio financeiro-atuarial exigido pela constituição Federal, o Município de Itapemirim, por meio da Lei Municipal 2.839/2014 c/c 2.907/2015, vem utilizando o Plano de Amortização para equacionamento do déficit atuarial apontado na Avaliação de 2013, cujo resultado apresentou déficit previdenciário de R\$ 18.737.866,19.

O atual plano de amortização adotado pelo Município é através de aportes financeiros crescentes ao longo do período entre 2016 e 2042, conforme a tabela seguinte:

ANO	APORTE	ANO	APORTE
2016	R\$ 1.500.000,00	2030	R\$ 4.000.000,00
2018	R\$ 2.000.000,00	2032	R\$ 4.000.000,00

2020	R\$ 2.500.000,00	2034	R\$ 4.000.000,00
2022	R\$ 3.000.000,00	2036	R\$ 4.000.000,00
2024	R\$ 3.500.000,00	2038	R\$ 4.000.000,00
2026	R\$ 4.000.000,00	2040	R\$ 4.000.000,00
2028	R\$ 4.000.000,00	2042	R\$ 4.000.000,00

Há de ressaltar que a origem do Déficit Atuarial é consequência de aproximadamente 12 (doze) anos sem reservas, ou seja, desde 28/02/1990, quando se instituiu o RPPS no Município (Lei nº 1079/1990 - Estatuto do Servidor) até 31/12/2001 (vigência da Lei nº 1.672/2001 - que organizou o RPPS e criou o IPREVITA). Neste período o Município não fez a devida reserva, isto é, não formou ativos garantidores suficientes para fazer frente às obrigações futuras na cobertura dos benefícios oferecidos pelo RPPS.

Nas tabelas abaixo, estão descritos a empresa e o atuário responsável pela elaboração das avaliações atuárias, das variações/do comparativo do resultado atuarial (ativo e passivo) e dos aportes recebidos nos últimos cinco exercícios.

- **Da empresa contratada:**

Avaliação Atuarial	Empresa	CNPJ	Contrato	Valor (R\$)
2012	Banco do Brasil S.A.	00.000.000/0001-91	005/2012	4.800,00
2013	Banco do Brasil S.A.	00.000.000/0001-91	005/2012	0,00
2014	Banco do Brasil S.A.	00.000.000/0001-91	005/2012	0,00
2015	Banco do Brasil S.A.	00.000.000/0001-91	005/2012	0,00
2016.	Banco do Brasil S.A.	00.000.000/0001-91	003/2016	1.818,00

- **Do atuário responsável:**

AVALIAÇÃO TUARIAL	NOME	Nº DE REGISTRO NO MIBA
2012	Antônio Mário Rattes de Oliveira	1.162
2013	Antônio Mário Rattes de Oliveira	1.162
2014	Antônio Mário Rattes de Oliveira	1.162
2015	Antônio Mário Rattes de Oliveira	1.162
2016	Antônio Mário Rattes de Oliveira	1.162

• **Das variações/comparativo do resultado atuarial (ativo e passivo):**

PASSIVO	2012	2013	2014	2015	2016
Reservas matemáticas de benefícios a conceder.	91.340.002,06	74.164.850,10	76.413.958,98	106.245.152,68	136.261.542,81
Reservas matemáticas de benefícios concedidos.	5.250.229,21	7.507.343,44	11.522.650,28	21.419.326,88	29.403.394,80
TOTAL	96.590231,27	81.672.193,54	87.936.609,26	127.664.479,56	165.664.937,61
ATIVO					
Valor presente dos parcelamentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Patrimônio líquido.	36.474.425,49	44.108.914,78	57.685.153,63	72.479.332,60	99.727.431,35
RESULTADO ATUARIAL	-60.115.805,78	-37.563.278,76	-30.251.455,63	-55.185.146,96	-65.937.506,26

• **Dos aportes atuariais recebidos:**

ÓRGÃO	2012	2013	2014	2015	2016	Total
Prefeitura Municipal	1.346.498,90	1.543.796,69	2.195.808,58	0,00	1.281.900,00	6.368.004,17
Câmara Municipal	11.317,35	48.019,94	65.279,69	0,00	31.950,00	156.566,98
Autarquia SAAE	230.221,54	282.208,73	329.033,66	0,00	176.100,00	1.017.564,03
Unidade Gestora	6.508,64	9.870,46	17.250,02	0,00	10.050,00	43.679,12
Servidores cedidos	7.022,17	7.548,69	20.858,12	0,00	0,00	35.428,98
TOTAL	1.601.568,61	1.891.444,51	2.628.230,07	0,00	1.500.000,00	7.621.243,19

11. DA GESTÃO DE PESSOAL

Na constante busca pela excelência, e em decorrência da crescente demanda de cunho previdenciário, a Lei Municipal nº 2.708, de 26 de junho de 2013 instituiu o quadro próprio de servidores do IPREVITA, preenchido através de concurso público.

Atualmente, o quadro de pessoal do IPREVITA é formado por 07 servidores, sendo:

De provimento efetivo (mediante concurso público):

- 01 Procurador Autárquico – Ocupado pelo Servidor José Cláudio Nunes Medeiros;
- 01 Contador – Ocupado pela Servidora Mailza Ribeiro do Nascimento Savino;
- 01 Técnico em Contabilidade – Ocupado pela Servidora Antônia Josefa Alves Jerônimo;
- 02 Escriturários – Ocupados pelos Servidores Isabela Ribeiro Marinuzzi e Maycon Alves Silva.

Contratados:

- 01 Recepcionista;
- 01 Servente de limpeza;

As competências, atribuições e a respectiva política de remuneração inerente aos cargos de provimento efetivo estão detalhadas nos Anexos II e III da Lei nº 2.708/2013.

Quanto aos contratados, as atribuições e remuneração se encontram no Termo de Contrato n. 006/2015, firmado com a Empresa A & S Administração & Serviços Ltda.

Considerando o disposto no artigo 22, da Lei Municipal nº 2708, de 26 de junho de 2013, que estimula a permanente capacitação do servidor no desempenho de suas atribuições específicas e o seu constante desenvolvimento funcional, em 2016 os servidores efetivos do IPREVITA tiveram diversas capacitações, relativas às participações em cursos, palestras, seminários e congressos. As quais se encontram evidenciadas no tópico abaixo.

Principais ações realizadas em 2016

RECADASTRAMENTO

No mês de abril foi realizado o recadastramento anual, atualizando os dados pessoais dos aposentados e pensionistas segurados pelo IPREVITA. Tal ação, além de manter o banco de dados em dia, contribui para evitar que o IPREVITA pague nenhum benefício de forma indevida aos segurados. Tal procedimento foi instituído pela Lei nº 2.708, de 26 de junho de 2013. Em 2016 foram feitos 157 recadastramentos, destes 02 foram através de visitas domiciliares.

INFORMATIVO

Com o objetivo de levar informações, de forma continuada, aos seus segurados, à sociedade e aos órgãos de fiscalização o IPREVITA, em 2016, confeccionou 01 informativo que trouxe em destaque a Prestação de Contas do Exercício de 2015.

O informativo foi distribuído aos servidores efetivos da Prefeitura, da Câmara Municipal e da Autarquia SAAE, bem como aos aposentados e pensionistas. O informativo impresso encontra-se disponível na sede do Instituto e em formato eletrônico no site www.iprevita.com.br.

PROCESSOS ADMINISTRATIVOS E JUDICIAIS

Foram abertos 100 processos administrativos, nos quais destacamos os de: aposentadoria, requerimento para benefício de pensão por morte, intimações/notificações/mandados judiciais, perícia médica; solicitação de compra de materiais e/ou serviços e, solicitações diversas.

Já os judiciais, totalizaram 06 processos sendo os mais demandados os de: ação declaratória de direitos previdenciários e mandados de seguranças.

TREINAMENTO

O treinamento e a capacitação de servidores e conselheiros, bem como dos próprios diretores, é um dos principais investimentos e um compromisso estratégico da atual Diretoria Executiva. Em 2016, foram realizadas 265 horas de capacitação, relativas às participações em cursos, palestras, seminários e congressos. Dentre os quais, destacamos o treinamento voltado aos membros do Conselho de Administração e Fiscal do IPREVITA, incluindo os seus servidores e convidados. O treinamento foi realizado em Itapemirim e teve como objetivo qualificá-los através do desenvolvimento dos temas relacionados aos princípios constitucionais, cumprimento de regras legais, práticas de governança e controles de gestão, desenvolvendo suas competências, essenciais para o desempenho de suas funções.

Confira abaixo os eventos que contaram com a participação dos servidores, conselheiros e Diretores do IPREVITA no exercício de 2016:

Evento	Instituição	Local	Data	C.H.	Nº de Participantes		
					Servidor	Diretor	Conselheiro
Encontro de Orientações Técnicas CIDAES- WEB/PCA.	TCEES	Vitória/ES	09/03/2016	3	01	-	-
Curso - eSocial específico para Órgãos Públicos*.	ESAFI	Vitória/ES	14 e 15/04/2016	16	02	-	-
X Seminário Capixaba de Previdência.	ACIP	Guarapari/ ES	05 e 06/05/2016	16	05	03	15
Curso - Oratória para Gestores Públicos.	DPCC	Vitória/ES	11 a 13/05/2016	16	-	02	-
Levantamento de dados das despesas com pessoal junto a seus jurisdicionados.	TCEES	Vitória/ES	02/06/2016	6	-	02	-
Curso - Aspectos Jurídicos dos Investimentos dos RPPS.	MAIS VALIA	São Paulo- SP	08 e 09/06/2016	16	01	01	-
Palestra - Cenários Econômico/Perspectivas de Investimentos.	ACIP	Vitória/ES	13/07/2016	8	-	02	-
50º Congresso Nacional da ABIPEM.	ABIPEM	Paraná-PR	15 a 17/06/2016	20	01	02	-
Curso - Auditoria em Recursos Humanos/Folha de Pagamento.	ESAFI	Vitória/ES	14 e 15/07/2016	16	02	-	-
10º Congresso Estadual da AEPREMERJ.	AEPREMERJ	Rio de Janeiro-RJ	19 e 20/07/2016	10	02	02	-
Curso - Elaboração da Proposta Orçamentária dos RPPS.	TCEES	Vitória/ES	02/08/2016	8	02	-	-
Curso - Preparatório CPA-10.	ACIP	Vitória/ES	10 a 12/08/2016	24	-	01	01
Curso - Implantando o eSocial em Órgãos Públicos.	ACIP	Vitória/ES	22 a 24/08/2016	24	02	-	-

Curso - Aspectos Gerais de Governança, Atuária e Investimentos em RPPS.	MAIS VALIA	Itapemirim/ES	01 e 02/09/2016	16	04	02	15
Fórum de Gestores de RPPS.	ABIPEM	Vitória/ES	15/09/2016	4	-	-	-
Curso - Contabilidade Aplicada à Gestão do Regime Próprio de Previdência Social.	ESAFI	Vitória/ES	19 e 20/09/2016	16	01	02	-
16º Congresso Nacional de Previdência da ANEPREM.	ANEPREM	Vitória/ES	07 a 09/11/2016	16	03	03	14
II Seminário de Governança Pública.	TCEES	Vitória/ES	07/11/2016	6	03	01	-
V Seminário Regional de Previdência.	ACIP	Anchieta/ES	12 e 13/12/2016	8	04	-	-
Curso - Novas Prestações de Contas Anuais.	TCEES	Vitória/ES	20 e 21/12/2016	16	01	02	-

CERTIFICAÇÃO ANBIMA CPA-10

Em 2016, o Diretor Presidente, a Presidente do Conselho de Administração e a Contadora do IPREVITA, foram aprovados no exame de certificação da Associação Brasileira das Entidades do Mercado Financeiro e de Capitais – ANBIMA, conhecido como CPA – 10.

A CPA-10 se destina a certificar Profissionais das instituições participantes que atuam na prospecção ou venda de produtos de investimento diretamente junto ao investidor, inclusive em agências bancárias ou Plataformas de Atendimento. Além destes, os membros do Comitê de Investimentos do IPREVITA – José Carlos Rodrigues Coutinho e Cirley Moté de Souza possuem também a CPA-10.

ADMISSÃO DE SERVIDOR

Visando completar o seu quadro de servidores efetivos, o IPREVITA admitiu em janeiro de 2016 o candidato José Cláudio Nunes Medeiros (aprovado no último concurso) para ocupar o cargo de procurador do Instituto. A admissão do mesmo se deu em razão do pedido de exoneração do ex-procurador ocorrido em 01 de julho de 2015.

RESOLUÇÕES

Em 2016 foram elaboradas e publicadas 52 Portarias e 02 Resoluções, versando sobre matéria administrativa e previdenciária. Essas e todas as demais normativas encontram-se disponíveis no endereço eletrônico: <http://iprevita.com.br/iprevita/legislacao-previdenciaria/>

PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

Em 2016 foi feita uma revisão do planejamento realizado em 2015 para adequar as ações e estratégias definidas. Das 12 ações, 08 foram totalmente realizadas, 02 estão em andamento, 02 não foram realizadas.

Metas prioritizadas para 2017

Para o cumprimento da missão e visão do IPREVITA, foram definidas as estratégias de ação, abaixo relacionadas, para serem alcançadas em 2017:

ANÁLISE DE AMBIÊNCIA (MATRIZ SWOT)

	POSITIVO	NEGATIVO
AMBIENTE INTERNO	<p><u>Forças</u></p> <ul style="list-style-type: none"> * Credibilidade, acreditação e boa reputação organizacional da Instituição. * Quadro próprio de servidores concursados. * Empenho e experiência dos Conselheiros e Diretores no tema previdenciário. * Website sempre atualizado. * Boa comunicação interna e adequado compartilhamento de informações. 	<p><u>Fraquezas</u></p> <ul style="list-style-type: none"> * Dificuldade de realização do recenseamento previdenciário (abrangendo todos os servidores ativos, aposentados e pensionistas do RPPS, com periodicidade não superior a 5 anos). * Número deficitário de servidores, em função das novas demandas. * Espaço físico está ficando pequeno para a demanda de serviço (servidores + arquivo de documentos + trâmite operacional)
AMBIENTE EXTERNO	<p><u>Oportunidades</u></p> <ul style="list-style-type: none"> * Trabalhar juntamente com o poder executivo e legislativo local, assim como a autarquia SAAE de Itapemirim e o Sindicato dos Servidores Municipais nas causas previdenciárias. * Estabelecer parcerias com instituições financeiras, TCEES, Ministério da Previdência Social (MPS) – atualmente incorporado ao Ministério da Fazenda e associações/entidades previdenciárias. * Otimizar a atuação do IPREVITA nas redes sociais. 	<p><u>Ameaças</u></p> <ul style="list-style-type: none"> * Crise financeira e instabilidade do mercado financeiro. * Dependência da participação dos demais órgãos da esfera pública municipal para algumas ações administrativas, o que demanda cooperação e empenho de outros órgãos. * Novas Propostas de Emendas Constitucionais – PEC da Reforma da Previdência, e PEC que limita os gastos públicos federais por 20 anos.

ALGUMAS AÇÕES PLANEJADAS

- Manter o Certificado de Regularidade Previdenciária (CRP).
- Atingir e superar a meta atuarial, conforme previsto na Política de Investimentos de 2017 (IPCA + 6% ao ano).
- Reformular e atualizar em conformidade com a legislação vigente o Site do IPREVITA.
- Manter o processo de qualificação e capacitação dos servidores e conselheiros do IPREVITA.
- Revisão da estrutura do quadro de servidores do IPREVITA.
- Alterações Legislativas para manter a similaridade de tratamento entre as regras definidas para os RPPS dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios com aquelas introduzidas pela Lei Federal.

- Realizar mais um processo eleitoral para a escolha dos novos membros dos Conselhos de Administração e Fiscal, incluindo a indicação dos Diretores Executivos – Mandato 2018/2020.
- Confeccionar e distribuir 02 informativos – destacando a Prestação de Contas do exercício de 2016 e o Resultado final das eleições do IPREVITA.

CONCLUSÃO:

O ano de 2016, foi repleto de dificuldade. Foi um ano "curto", prejudicado em razão dos muitos pontos facultativos e feriados no município de Itapemirim. Tivemos processos judicializados pelo ex-procurador do IPREVITA contra o instituto, quem, por ironia do destino, deveria nos defender e não nos acusar. Sofremos também em períodos de afastamento do atual Prefeito, pelo clima de incertezas e instabilidade política. Sabemos que a caminhada nem sempre é fácil, mas sentimos isso de perto e transcorremos por alguns percalços e momentos de exaustão. Mas além de sonhar e agir, acreditamos que fizemos a coisa certa com a consciência tranquila do dever cumprido.

Quanto ao relatório, este foi elaborado, prioritariamente, para atender ao disposto na Instrução Normativa TCEES nº 034/2015, de 02 de junho de 2015, alterada pela Instrução Normativa TCEES nº 40, de 08 de junho de 2016, no tocante à Prestação de Contas Anual.

Nessa esteira, elaboramos um relatório com o intuito de cumprir os ditames legais, ensejando demonstrar a transparência dos trabalhos realizados pelo IPREVITA – Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Itapemirim-ES.

Transformou-se o presente relatório em mais um instrumento de prestação de contas, o qual contribuirá para os Conselhos de Administração e Fiscal ao realizar sua apreciação, como determina a Lei nº 2.539, de 30 de dezembro 2011.

O presente relatório teve por escopo, portanto, reunir as informações essenciais do IPREVITA, incluindo as de natureza contábil, financeira, patrimonial, orçamentária, administrativa e gerenciais. Tudo isso com o objetivo de primar pela transparência e responsabilidade da gestão.

No âmbito da responsabilidade administrativa, pudemos perceber que a qualidade dos serviços prestados pelo IPREVITA melhora a cada dia, em função de um trabalho que é realizado com sacrifícios, dificuldades, dedicação e comprometimento por parte dos Servidores e Conselheiros. Pois, ano pós ano, o IPREVITA vem conseguindo atingir os seus objetivos (como, por exemplo, permanecer com o CRP válido - certificado este que comprova a regularidade da boa gestão e o preenchimento satisfatório de uma relação de critérios, o que estabelece um elo entre o IPREVITA, a Prefeitura, a Câmara Municipal, a autarquia SAAE e Secretaria de Políticas Previdenciária/Ministério da Fazenda, na busca da melhoria contínua).

É o relatório que esta Diretoria Executiva apresenta.

Itapemirim-ES, 13 de fevereiro de 2017.

Wilson Marques Paz
Diretor Presidente



Alda Maria de Souza
Diretora Previdenciária



José Carlos Rodrigues Coutinho
Diretor Administrativo-Financeiro

Deliberação do Conselho de Administração e Fiscal

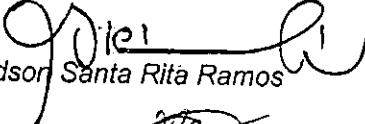
O Conselho de Administração e o Conselho Fiscal do IPREVITA - Instituto dos Servidores Públicos do Município de Itapemirim, reunido ordinariamente em 16 de fevereiro de 2017, no uso de suas atribuições legais, declaram que, após apreciar e examinar o Relatório de Gestão inerente ao Exercício de 2016, uma vez que foi apresentado aos Conselheiros na sua totalidade, o aprovam por unanimidade por refletir adequadamente a posição patrimonial da Autarquia na presente data, recomendando o encaminhamento do Relatório de Gestão ao Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo e sua consequente divulgação.


CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO:

Membros Titulares:

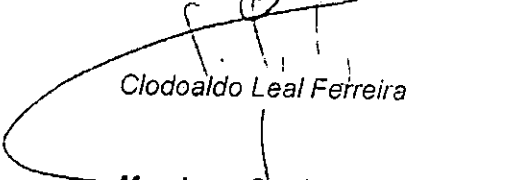

Elisa Gomes de Souza Moura - Presidente


Luciana Torres Pereira - Secretária

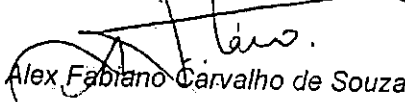

Edson Santa Rita Ramos


Emilson da Conceição Júnior


Shirley Mota de Souza


Clodoaldo Leal Ferreira

Membros Suplentes:


Alex Fabiano Carvalho de Souza

Tel.: (28) 3529-6151

Rua Crisanto Araújo, 97 - CEP 29330-000 - Centro - Itapemirim-ES

www.iprevita.com.br | E-mail: iprevita@iprevita.com.br



Instituto de Previdência dos Servidores
Públicos do Município de Itapemirim-ES

Autarquia Municipal
CNPJ Nº 05.129.529/0001-23

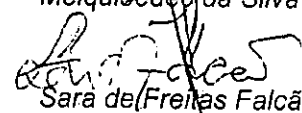

José Alberto Bahiense Martins


Carmen Motta Guerra

CONSELHO FISCAL:

Membros Titulares:


Waldemir Pereira Gama

Melquisedec da Silva

Sara de Freitas Falcão


Neolan César B. Ribeiro

Membros Suplentes:


João Luiz Rocha da Silva


Antônio Dionísio dos Santos